

RELATÓRIO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Exercício 2025

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

DANIEL ELIAS CARVALHO VILELA
GOVERNADOR

DANIEL ELIAS CARVALHO VILELA
VICE-GOVERNADOR

SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA

FRANCISCO SÉRVULO FREIRE NOGUEIRA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ECONOMIA

JOÃO PAULO MARRA DANTAS
DÉSIRÉE GABRIELA THON
SUPERINTENDENTE DE GESTÃO INTEGRADA

DÉSIRÉE GABRIELA THON
KARYNA CARVALHO DE FARIAS AIRES
GERENTE DE PLANJAMENTO INSTITUCIONAL

RICARDO NAVES ROSA
COORDENAÇÃO

RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES

DANIELLA BALBINO ALVES
ESCRITÓRIO DE PROJETOS SETORIAL

WEDERSON XAVIER DE OLIVEIRA
SUBSECRETARIA DO TESOURO ESTADUAL

MÁRIO MENDES BARBOSA JÚNIOR
SUBSECRETARIA CENTRAL DE ORÇAMENTO

JOÃO PAULO MARRA DANTAS
DÉSIRÉE GABRIELA THON
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO INTEGRADA

DANIELLE GOMES DE OLIVEIRA
SUBSECRETARIA CENTRAL DE PLANEJAMENTO,
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

WAYSER LUIZ PEREIRA
SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL

BRUNO PÓVOA LEAL
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONCEPÇÃO GRÁFICA

MILENA DA SILVA VIEIRA
DIAGRAMAÇÃO E ELEMENTOS VISUAIS

Sumário

1. INSTITUCIONAL.....	4
1.1. Gestor.....	5
1.2. Síntese da Gestão.....	5
1.3. Organograma.....	7
1.4. Planejamento Estratégico Institucional – PEI.....	8
1.5. Premiações e destaques	18
1.6. Principais Indicadores.....	20
 2. ESTRUTURA DO PPA DA SECRETARIA DA ECONOMIA - EXERCÍCIO 2025	 23
 3. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DAS INICIATIVAS DOS PROGRAMAS - EXERCÍCIO 2025....	 28
3.1. Programa: Goiás da Gestão Transformadora (1048)	29
3.1.1. Iniciativa 10033 - Aumento da Arrecadação e Modernização Tributária Estadual	32
3.1.2. Iniciativa 10007 - Ampliação da Eficiência e da Qualidade das Finanças, do Planejamento e do Gasto Público.....	46
3.1.3. Iniciativa 10163 - Institucionalização, Automatização e Aparelhamento da Secretaria.....	61



1. Institucional



1.1. Gestor

Secretário de Estado da Economia

Francisco Sérvulo Freire Nogueira

1.2. Síntese da Gestão

O ano de 2025 foi marcado pela consolidação de importantes avanços institucionais, fiscais e tecnológicos, reafirmando o protagonismo da Secretaria de Estado da Economia de Goiás na construção de uma gestão pública moderna, integrada, inovadora e orientada à geração de valor público. Em um contexto de transição para um novo ciclo fiscal e de preparação para os impactos da Reforma Tributária, a Secretaria fortaleceu sua atuação estratégica na condução das políticas de arrecadação, planejamento, orçamento, finanças, contabilidade, governança e transformação digital.

O planejamento institucional manteve-se como elemento central da gestão, impulsionando a integração entre as áreas finalísticas e de suporte e fortalecendo a cultura organizacional orientada a resultados. Destacaram-se a evolução do Planejamento Estratégico Institucional 2024-2027, a ampliação da utilização da metodologia OKR, o fortalecimento da Rede de Planejamento e o início da implementação do Framework RUMO, iniciativa voltada ao aprimoramento da governança e à integração entre os níveis estratégico, tático e operacional da administração pública estadual.

Na área de orçamento e finanças, a implantação do Instrumento de Planejamento, Orçamento e Finanças (IPOF),

primeiro módulo do novo Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle (SIAFIC), representou um marco na modernização da gestão pública estadual. A ferramenta passou a integrar planejamento, orçamento e execução financeira em uma única plataforma, ampliando a previsibilidade das despesas e fortalecendo a governança orçamentária. Somaram-se a isso o uso pioneiro de soluções de Inteligência Artificial na análise de créditos adicionais e na apropriação de despesas, bem como a evolução do Ranking de Execução Orçamentária, que atingiu nota média de 8,44, a melhor da série histórica.

A Administração Tributária avançou significativamente na modernização de seus processos e serviços, com foco na simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, redução da litigiosidade, fortalecimento da fiscalização e ampliação do uso de inteligência analítica e automação. Como resultado, a arrecadação tributária estadual alcançou R\$ 38,2 bilhões em 2025, registrando crescimento de 4,48% em relação ao exercício anterior e superando em 1,65% a previsão estabelecida na Lei Orçamentária Anual. O ICMS, principal tributo estadual, apresentou crescimento de 4,32%, sustentado pelo desempenho dos setores agroindustrial e de combustíveis, além das ações contínuas de monitoramento e fiscalização tributária.

No campo fiscal e contábil, o exercício de 2025 consolidou Goiás como referência nacional em responsabilidade fiscal, transparência e qualidade da informação pública. O Estado encerrou com êxito sua participação no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), obtendo, pelo terceiro ano consecutivo, a nota máxima de conformidade da Secretaria do Tesouro Nacional. Esse resultado permitiu a adesão pioneira ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (PROPAG), inaugurando um novo ciclo de gestão fiscal voltado à ampliação da capacidade de investimento e ao fortalecimento da autonomia financeira do Estado. Paralelamente, Goiás alcançou a classificação B+ na Capacidade de Pagamento (CAPAG) e conquistou, pelo terceiro ano consecutivo, o primeiro lugar nacional no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal do SICONFI, atingindo pontuação máxima de 100%.

A pauta da inovação e da governança também registrou avanços expressivos. A Secretaria ampliou a utilização de soluções digitais, fortaleceu a gestão baseada em dados e consolidou práticas de compliance e gestão de riscos. O órgão alcançou nível 4,5 de maturidade em gestão de riscos, segundo avaliação da Controladoria-Geral do Estado, além de receber importantes reconhecimentos no Programa de Compliance Público, incluindo Selos Diamante nas áreas de Transparência, Ética e Responsabilidade e Ouvidoria Pública.

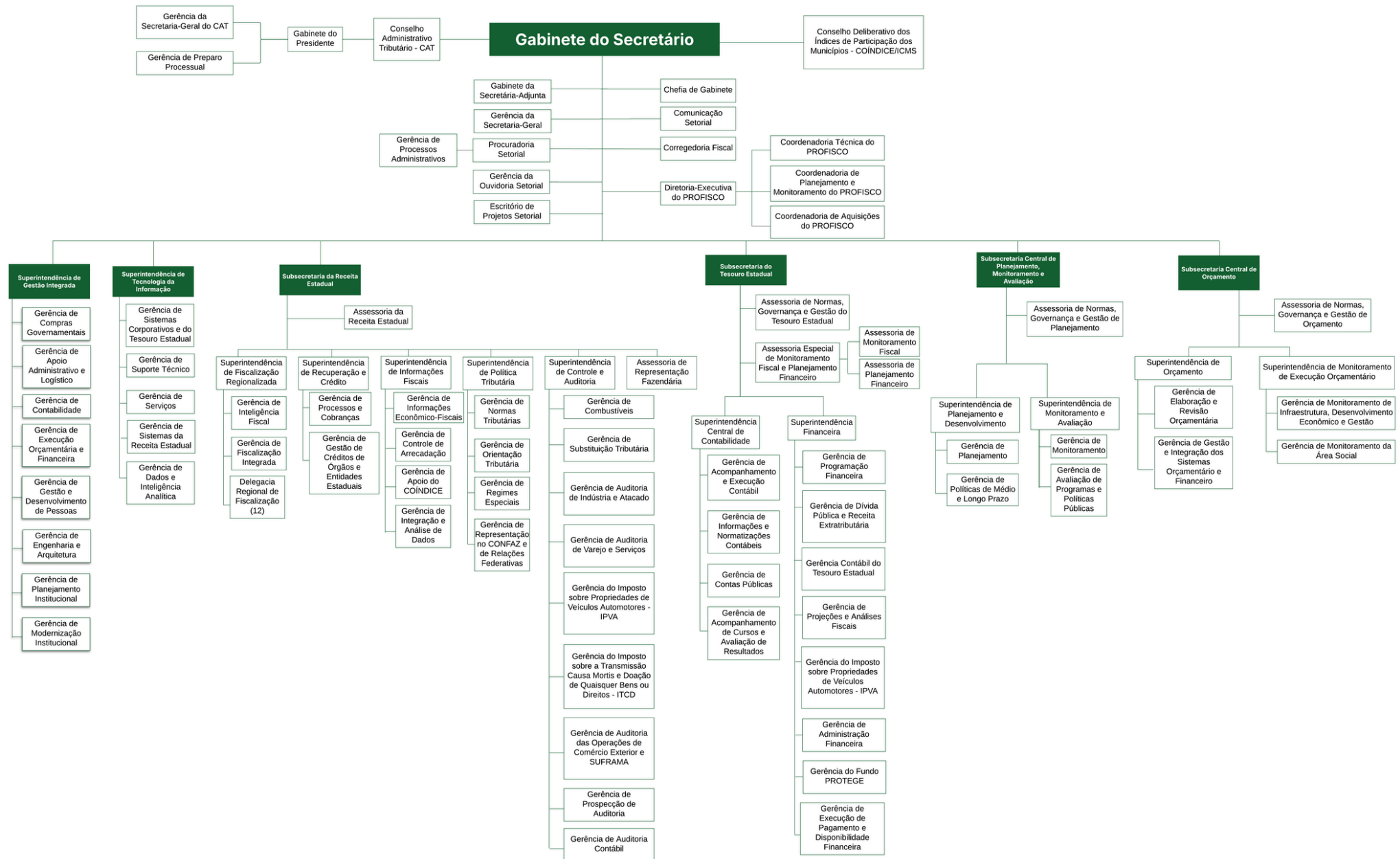
A gestão por projetos manteve-se como instrumento relevante para a implementação da estratégia institucional.

Ao longo de 2025, foram concluídos 44 projetos estratégicos, contemplando iniciativas voltadas à transformação digital, modernização da administração tributária, aprimoramento dos serviços ao contribuinte, modernização da infraestrutura física e fortalecimento da gestão pública. As entregas realizadas contribuíram para aumentar a eficiência operacional, ampliar a oferta de serviços digitais e melhorar a experiência dos cidadãos e usuários dos serviços públicos estaduais.

Os resultados alcançados em 2025 refletem a consolidação de uma gestão baseada em evidências, governança integrada, inovação tecnológica e responsabilidade fiscal. Ao mesmo tempo, estabelecem bases sólidas para enfrentar os desafios dos próximos anos, especialmente aqueles decorrentes da implementação da Reforma Tributária, da execução do PROFISCO III e da ampliação do uso de inteligência artificial e análise avançada de dados na gestão pública, reafirmando o compromisso da Secretaria da Economia com a excelência, a sustentabilidade fiscal e a geração de valor para a sociedade goiana.

1.3. Organograma

Secretaria de Estado da Economia - ECONOMIA



1.4. Planejamento Estratégico Institucional - PEI

A gestão estratégica da Secretaria da Economia desempenha papel central no sistema de governança institucional, promovendo a integração dos instrumentos de planejamento e assegurando a coerência entre planejamento, orçamento e execução das políticas públicas. Nesse contexto, articula instrumentos como o Plano Estratégico Institucional (PEI), a Cadeia de Valor, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), orientando a atuação das unidades administrativas da ECONOMIA.

Sua atuação contempla, ainda, o apoio à definição de prioridades institucionais, a consolidação de informações estratégicas e o monitoramento sistemático de metas e resultados, contribuindo para a avaliação da aderência às políticas planejadas, o fortalecimento da prestação de contas e o suporte à tomada de decisão.

O alinhamento entre a Cadeia de Valor e o referencial estratégico é fundamental para assegurar que as ações e processos institucionais estejam orientados ao cumprimento dos objetivos da Secretaria e à geração de valor público. A Cadeia de Valor representa o conjunto de atividades desenvolvidas pela pasta, desde o planejamento até a execução e o monitoramento, evidenciando os principais macroprocessos responsáveis pela entrega de soluções à sociedade.

Integrada ao referencial estratégico, essa estrutura contribui para o direcionamento das decisões, a otimização do uso dos recursos e o fortalecimento da capacidade institucional de execução, promovendo maior eficiência, coerência e alinhamento entre as áreas de atuação. A Cadeia de Valor da Secretaria da Economia está apresentada na figura a seguir:



Os principais instrumentos empregados na gestão estratégica da Secretaria são os seguintes produtos de governança:

- Planos: instrumentos de desdobramento da estratégia em iniciativas de diferentes níveis, com definição de indicadores, prazos e responsáveis no âmbito das instâncias internas.
- Diretrizes Orçamentárias Específicas: orientações para a alocação de recursos, limites de gastos e priorização de investimentos, em alinhamento ao PPA, à LDO e à LOA.

- Relatórios: acompanhamento do progresso das instâncias internas em relação à execução das metas institucionais, com análise de resultados, identificação de desvios e recomendações de ajustes, apresentados principalmente no âmbito das rotinas de monitoramento.

A estratégia institucional da Secretaria da Economia está estruturada a partir do Plano Estratégico Institucional, que consolida a identidade organizacional, os eixos e o mapa estratégico da Secretaria, estabelecendo o direcionamento de médio prazo e promovendo o alinhamento entre as diferentes áreas de atuação.

Atualmente, está em vigor o Plano Estratégico Institucional 2024-2027, publicado em dezembro de 2024, fundamentado na metodologia OKR (Objectives and Key-Results). O plano redesenhou a identidade institucional da Secretaria da Economia, pautando-se em sua missão de assegurar recursos para o desenvolvimento do Estado e o bem-estar dos cidadãos, com visão inovadora e valores como transparência, inovação e foco do cidadão.

A seguir está descrita a Identidade Institucional da Secretaria da Economia: Missão, visão e valores.

IDENTIDADE INSTITUCIONAL



MISSÃO

Nós promovemos o planejamento, a gestão tributária, orçamentária e financeira, assegurando recursos para o desenvolvimento do Estado e bem-estar dos seus cidadãos



VISÃO

Somos uma instituição inovadora e transformadora em governança, administração tributária e qualidade do gasto público



VALORES

Transparência

Valorização do colaborador

Inovação

Sustentabilidade fiscal e ambiental

Foco do cidadão



O PEI da Economia está ancorado em três pilares essenciais, organizados em eixos estratégicos, que se complementam, orientando ações voltadas à simplificação tributária, à eficiência na gestão de recursos e à inclusão digital. Adicionalmente, está direcionado a duas frentes importantes: os impactos decorrentes da Reforma Tributária e a incorporação de inovações tecnológicas.

O Mapa Estratégico orienta as ações da organização, consolidando seu compromisso com a inovação, a eficiência e a transparência na gestão pública. Constitui referência para a tomada de decisão e para o aprimoramento contínuo da governança, assegurando o alinhamento das iniciativas aos desafios e às necessidades da sociedade goiana.

EIXOS ESTRATÉGICOS:



MODERNA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Aumentar a eficiência da administração tributária por meio da simplificação do cumprimento tributário e da redução da litigância fiscal, contribuindo para aumentar a arrecadação tributária e melhorar o ambiente de negócios.



QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO

Aumentar a eficiência no uso dos recursos públicos, por meio do aperfeiçoamento dos processos de planejamento, execução e avaliação do gasto público, contribuindo para a melhoria dos serviços aos cidadãos e aumento dos investimentos.



INOVAÇÃO E GOVERNANÇA

Melhorar a governança, por meio da transformação digital e da promoção da sustentabilidade ambiental, igualdade de gênero e participação cidadã, potencializando o desempenho institucional.

MAPA ESTRATÉGICO:

MAPA ESTRATÉGICO

MISSÃO

Nós promovemos o planejamento, a gestão tributária, orçamentária e financeira, assegurando recursos para o desenvolvimento do Estado e bem-estar dos seus cidadãos

VISÃO

Somos uma instituição inovadora e transformadora em governança, administração tributária e qualidade do gasto público

VALORES

- Sustentabilidade fiscal e ambiental
- Valorização do colaborador
- Foco do cidadão
- Transparência
- Inovação

Moderna Administração Tributária

- 01** Tornamos a Administração Tributária mais inovadora e eficiente, favorecendo a sustentabilidade fiscal do Estado e a melhoria do ambiente de negócios.
- 02** Adaptamos a administração às mudanças introduzidas pela Reforma Tributária, assegurando a sustentabilidade financeira do Estado.

Inovação e Governança

- 04** Oferecemos serviços digitais simples e acessíveis para aprimorar a experiência do contribuinte e fortalecer a relação de confiança mútua.
- 05** Implementamos uma governança participativa e sustentável, com foco na valorização das pessoas, para aprimorar os mecanismos de liderança, estratégia e tomada de decisões.

Qualidade do Gasto Público

03

Transformamos o planejamento e a gestão orçamentária e financeira, garantindo a sustentabilidade fiscal para viabilizar as políticas públicas e impulsionar o desenvolvimento econômico e social do Estado.

OBJETIVOS E RESULTADOS-CHAVE (OKRs)

Os objetivos e resultados-chave (OKRs) do PEI estão diretamente vinculados aos eixos estratégicos.

Embora inicialmente desenhados para o monitoramento de curto prazo - 2025/2026, os OKRs estratégicos tiveram seu período de vigência estendido até o final de 2027, com vistas a manter o alinhamento com o Plano Plurianual - PPA 2024/2027.

Eixo 1 - Moderna Administração Tributária:

OBJETIVO 1

Tornamos a Administração Tributária mais inovadora e eficiente, favorecendo a sustentabilidade fiscal do Estado e a melhoria do ambiente de negócios.

KR 1.1

Incrementamos o crescimento real da arrecadação tributária em 2% a.a. (IPCA + 2% base 2024)

KR 1.2

Identificamos o GAP tributário (diferença entre a arrecadação potencial e a real) e reduzimos o GAP de conformidade em 2%

KR 1.3

Reduzimos em 10% a.a. a litigiosidade administrativa

OBJETIVO 2

Adaptamos a administração às mudanças introduzidas pela Reforma Tributária, assegurando a sustentabilidade financeira do Estado.

KR 2.1

Cumprimos 100% das iniciativas previstas no plano de adequação dos processos e sistemas da Economia que serão impactados pela Reforma Tributária *

* Plano em elaboração.

Eixo II – Qualidade do Gasto Público:

OBJETIVO 3

Transformamos o planejamento e a gestão orçamentária e financeira, garantindo a sustentabilidade fiscal para viabilizar as políticas públicas e impulsionar o desenvolvimento econômico e social do Estado.

KR 3.1

Atingimos a pontuação máxima (100%) no ranking do STN

KR 3.2

Implantamos a sistemática de gestão por custos em 5 dos principais centros de custos do Estado

KR 3.3

Alcançamos a classificação A+ da CAPAG (Capacidade de Pagamento do ente público, medida pela STN)

KR 3.4

Aumentamos a média das notas dos órgãos do executivo no Ranking de Execução Orçamentária e Financeira do Estado em 1,00 ponto – Referência 2024

KR 3.5

Aumentamos o índice de eficácia física do Plano Plurianual – PPA – de 56% para 80%

KR 3.6

Implantamos o planejamento de médio e longo prazo em 100% dos órgãos do Estado

Eixo III - Inovação e Governança:

OBJETIVO 4

Oferecemos serviços digitais simples e acessíveis para aprimorar a experiência do contribuinte e fortalecer a relação de confiança mútua.

KR 4.1

Aumentamos em 10% a proporção de atendimentos digitais em relação à procura por atendimento presencial

KR 4.2

Asseguramos que 100% dos novos serviços digitais estejam em conformidade com as normas de acessibilidade e pressupostos de UX (Experiência do Usuário)

KR 4.3

Alcançamos 80% de satisfação do usuário nos 10 serviços mais procurados

OBJETIVO 5

Implementamos uma governança participativa e sustentável, com foco na valorização das pessoas, para aprimorar os mecanismos de liderança, estratégia e tomada de decisões.

KR 5.1

Aumentamos a eficiência dos processos organizacionais de X para Y priorizando 20 processos transformados e validados com ganho de desempenho.

KR 5.2

Reduzimos em 20% o GAP de competências dos colaboradores em 3 unidades da pasta

KR 5.3

Aumentamos em 20% a satisfação do colaborador em relação ao clima organizacional

KR 5.4

Alcançamos 80% de satisfação dos líderes de negócio com o alinhamento das soluções de TI descritas no PDTI aos objetivos estratégicos de negócio

KR 5.5

Elevamos o nível de maturidade em governança em 30%

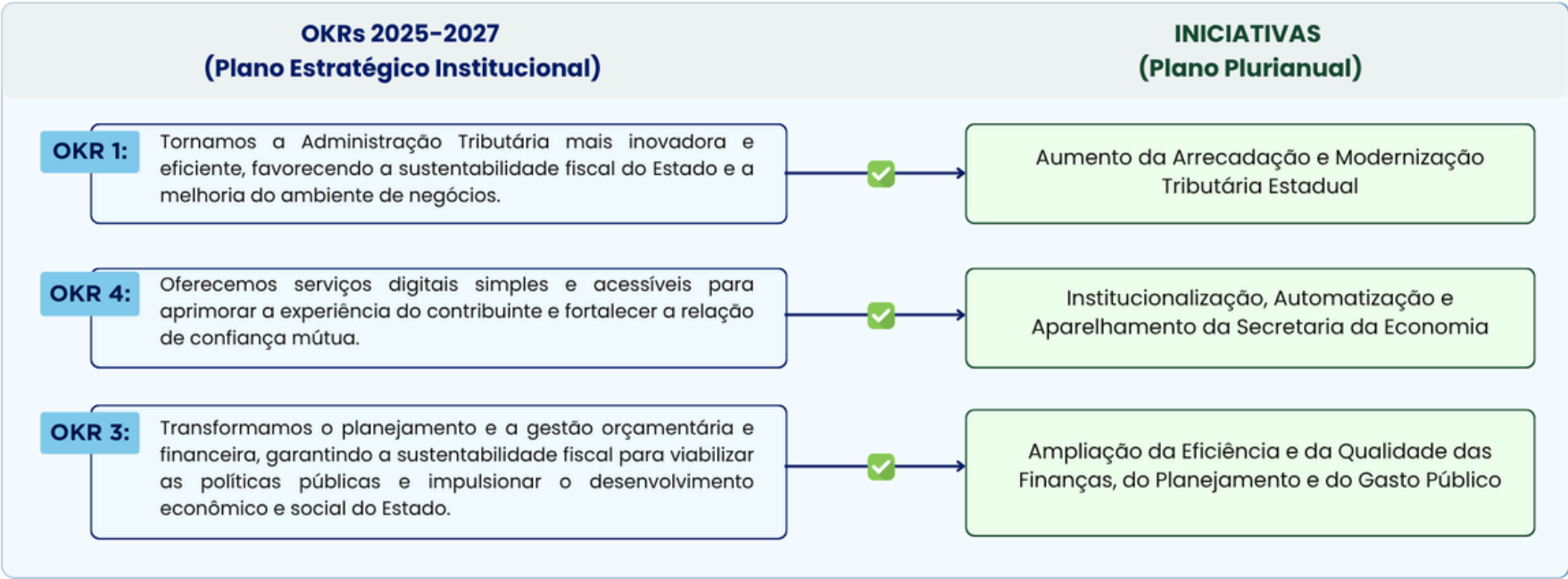
ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

O Plano Estratégico Institucional 2024-2027 está alinhado às diretrizes do Plano de Governo do Estado de Goiás 2023-2026 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assegurando a integração entre as prioridades estratégicas do governo estadual e a atuação da Secretaria da Economia.

Esse alinhamento se materializa, especialmente, na articulação entre o Plano Estratégico Institucional (PEI) e o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, garantindo que os objetivos estratégicos da Secretaria estejam refletidos no programa e nas iniciativas, produtos e metas do planejamento governamental.

Nos termos da Instrução Normativa nº 1.580, de 30 de abril de 2024, considera-se atendido esse alinhamento quando, no mínimo, um dos objetivos estratégicos do PEI corresponde a programas ou iniciativas previstas no Anexo Único da Lei nº 22.317, de 18 de outubro de 2023.

Sob essa perspectiva, parte dos OKRs do PEI estão estruturados de forma a corresponder às iniciativas previstas no PPA, promovendo coerência entre a estratégia institucional e a execução das políticas públicas, conforme ilustrado na figura a seguir.



RESULTADOS DO PRIMEIRO CICLO DE MONITORAMENTO DO PEI 2024-2027

Em 2025, foi realizado o 1º Ciclo de Monitoramento do Plano Estratégico Institucional da Secretaria da Economia, o período foi marcado pela disseminação da cultura de planejamento e gestão por OKR na pasta, e pelo desdobramento de onze KRs estratégicos aos níveis anual e trimestral.

Ao longo deste primeiro ciclo, 81% das unidades básicas da Secretaria foram envolvidas no monitoramento do PEI, tendo sido construídos e acompanhados 20 objetivos e mais de 60 resultados-chave.

Além de ações de sensibilização, que alcançaram mais de 300 servidores e colaboradores.

Os resultados do 1º Ciclo de Monitoramento do PEI, considerando os objetivos e resultados-chave estabelecidos para 2025, estão sintetizados a seguir:



Resultados do 1º Ciclo de Monitoramento de OKRs de 2025.

Os resultados evidenciam diferentes níveis de evolução entre os objetivos e resultados-chave monitorados ao longo do ciclo, refletindo o desempenho das iniciativas priorizadas para 2025.

Destacam-se avanços no eixo de Modernização da Administração Tributária, com evolução em iniciativas voltadas ao aprimoramento da fiscalização, ao fortalecimento da conformidade tributária e ao avanço das ações relacionadas à Reforma Tributária.

No eixo de Qualidade do Gasto Público, verificam-se resultados expressivos, como o desempenho no ranking da STN e a melhoria da capacidade de pagamento do Estado (CAPAG), que evidenciam o fortalecimento da gestão fiscal. Observam-se, ainda, avanços no aprimoramento dos instrumentos de planejamento, orçamento e finanças.

Já no eixo de Inovação e Governança, registram-se progressos na estruturação e no aprimoramento dos instrumentos de gestão. Parte dos resultados permanece em desenvolvimento, refletindo o estágio de consolidação da metodologia e o caráter contínuo das transformações em curso, contribuindo, de forma gradual, para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais.

Em 2025, a governança da estratégia foi estruturada com base no modelo de monitoramento previsto no Plano Estratégico Institucional 2024/2027, porém ao longo do ciclo ajustes foram realizados, considerando as especificidades e a dinâmica organizacional da Secretaria.

Nesse contexto, foram instituídas rotinas periódicas de acompanhamento, por meio de reuniões de check-in (quinzenais ou mensais) e de transição (de trimestre, semestre e anual), voltadas ao monitoramento contínuo dos objetivos e resultados-chave, à avaliação de desempenho, à realização de ajustes necessários, à revisão de metas e ao realinhamento dos esforços, assegurando a aderência das iniciativas ao alcance dos OKRs.

Esse processo contribuiu para o aprimoramento dos ritos de monitoramento e para o fortalecimento da governança da estratégia, ampliando a capacidade de acompanhamento e resposta ao longo do ciclo de execução. Como resultado, observou-se maior alinhamento entre as equipes, manutenção do foco nas prioridades estratégicas e reforço do direcionamento das ações, conferindo maior consistência à execução das iniciativas.

É importante destacar ainda que o primeiro ciclo de execução também representou um importante processo de aprendizado institucional, permitindo a adaptação do modelo às especificidades da pasta e a consolidação de práticas mais aderentes à sua realidade organizacional.

1.5. Premiações e destaques

Os resultados alcançados pela Secretaria de Estado da Economia de Goiás em 2025 foram amplamente reconhecidos em âmbito estadual e nacional, refletindo o compromisso contínuo com a excelência na gestão pública, a inovação nos serviços e a transparência institucional. As premiações recebidas evidenciam a solidez das práticas adotadas, a qualidade da informação contábil e fiscal, o pioneirismo tecnológico e a aderência a padrões éticos elevados.

- 1º lugar no Prêmio da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal da STN pela terceira edição consecutiva (2023, 2024 e 2025).

Pelo terceiro ano consecutivo Goiás lidera o ranking nacional, garantindo a integridade e transparência total dos dados fiscais enviados à Secretaria do Tesouro Nacional)

Histórico de Notas do Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (SICONFI) (2020 a 2025)

Ano	Referência	Posição	Pontuação	Nota
2020	base de dados 2019	19ª	85,40%	B
2021	base de dados 2020	7ª	92,90%	B
2022	base de dados 2021	5ª	96,35%	A
2023	base de dados 2022	1ª	99,46%	A
2024	base de dados 2023	1ª	99,81%	A
2025	base de dados 2024	1ª	100%	A

Com 100% de pontuação, Goiás lidera ranking de transparência pela terceira vez seguida



2019	2020	2021	2022	2023	2024
ICF	% Pontos	ICF	% Pontos	ICF	% Pontos
GO 1ª	100,00%	GO 1ª	100,00%	GO 1ª	100,00%
RO 2ª	99,99%	RO 2ª	99,99%	RO 2ª	99,99%
PA 3ª	99,98%	PA 3ª	99,98%	PA 3ª	99,98%
ES 4ª	99,97%	ES 4ª	99,97%	ES 4ª	99,97%
MT 5ª	99,96%	MT 5ª	99,96%	MT 5ª	99,96%
PR 6ª	99,95%	PR 6ª	99,95%	PR 6ª	99,95%
AM 7ª	99,94%	AM 7ª	99,94%	AM 7ª	99,94%
MS 8ª	99,93%	MS 8ª	99,93%	MS 8ª	99,93%
SC 9ª	99,92%	SC 9ª	99,92%	SC 9ª	99,92%
RS 10ª	99,91%	RS 10ª	99,91%	RS 10ª	99,91%
BA 11ª	99,90%	BA 11ª	99,90%	BA 11ª	99,90%
AC 12ª	99,89%	AC 12ª	99,89%	AC 12ª	99,89%
RN 13ª	99,88%	RN 13ª	99,88%	RN 13ª	99,88%
PI 14ª	99,87%	PI 14ª	99,87%	PI 14ª	99,87%
DF 15ª	99,86%	DF 15ª	99,86%	DF 15ª	99,86%
AL 16ª	99,85%	AL 16ª	99,85%	AL 16ª	99,85%
CE 17ª	99,84%	CE 17ª	99,84%	CE 17ª	99,84%
MG 18ª	99,83%	MG 18ª	99,83%	MG 18ª	99,83%
GO 19ª	99,82%	GO 19ª	99,82%	GO 19ª	99,82%
PI 20ª	99,81%	PI 20ª	99,81%	PI 20ª	99,81%
C 21ª	99,80%	C 21ª	99,80%	C 21ª	99,80%
CE 22ª	99,79%	CE 22ª	99,79%	CE 22ª	99,79%
MA 23ª	99,78%	MA 23ª	99,78%	MA 23ª	99,78%
SE 24ª	99,77%	SE 24ª	99,77%	SE 24ª	99,77%
SP 25ª	99,76%	SP 25ª	99,76%	SP 25ª	99,76%
RR 26ª	99,75%	RR 26ª	99,75%	RR 26ª	99,75%

Selo Diamante - Prêmio Goiás + Transparente

Índice de 97,26% de conformidade nas páginas de acesso à informação, alinhados as normas nacionais e às diretrizes da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON.

O Estado de Goiás obteve nota máxima (100%) no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), aprovado pela ATRICON, alcançando o bicampeonato e posicionando-se como referência Nacional.

- **Selo Diamante – Prêmio de Ética e Responsabilidade**

Reconhecimento pelo fortalecimento da cultura ética e da integridade institucional.

- **Selo Diamante – Prêmio de Ouvidoria Pública**

Destaque na qualidade do atendimento, tratamento e resposta às manifestações recebidas, assegurando a prestação de serviço com excelência aos cidadãos.

- **Selo Ouro – Prêmio de Governança Pública**

Reconhecimento nos temas de Planejamento Estratégico, Gestão de Riscos, Gestão de Projetos e Contratos, Gestão Orçamentária e Financeira, LGPD, Capacitação e Comunicação Estratégica, além de destacar as práticas de Governança Ambiental, Social e Corporativa (ESG).



Prêmios conquistados pela Secretaria da Economia em 2025

- **Finalista do 6º Prêmio Conexão Inova**

Na categoria Ciências Comportamentais, aplicada ao pagamento de IPVA.



Oficinas colaborativas do Laboratório de Inovação E-NOVA.

- Publicação de Artigo "Ranking de Execução Orçamentária: Um Novo Olhar para a Revisão de Gastos e Avaliação do Desempenho Orçamentário" na Edição Especial do CONSEPLAN

- Publicação de Artigo "Evolução e Desafios dos Fundos Públicos no Orçamento Fiscal: Uma Análise do Desenvolvimento e da Gestão dos Recursos" na Edição Especial do CONSEPLAN

1.6. Principais indicadores

Os indicadores apresentados a seguir demonstram os principais resultados alcançados pela Secretaria de Estado da Economia no exercício de 2025, evidenciando avanços na arrecadação tributária, sustentabilidade fiscal, recuperação de créditos, qualidade da gestão financeira e fortalecimento da governança pública.

- **Índice de Solidez Fiscal (CAPAG):** A Capacidade de Pagamento (CAPAG), calculada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), é um dos principais indicadores da saúde fiscal dos entes federativos. O índice avalia a situação fiscal dos estados a partir dos indicadores de endividamento, poupança corrente e liquidez.

Em 2025, Goiás consolidou a classificação CAPAG B+, refletindo a manutenção do equilíbrio fiscal, a melhoria contínua dos indicadores financeiros e a capacidade do Estado de acessar operações de crédito em condições mais favoráveis.

Resultado 2025: CAPAG B+

- **Índice de Liquidez:** O Índice de Liquidez mede a capacidade do Estado de honrar seus compromissos financeiros de curto prazo utilizando os recursos disponíveis em caixa. Os resultados obtidos ao longo dos últimos anos demonstram a evolução consistente da gestão financeira estadual.

Em 2025, Goiás manteve desempenho de excelência, alcançando classificação A no indicador de Liquidez Relativa da STN, evidenciando a solidez da gestão do fluxo de caixa e a capacidade de cumprimento das obrigações financeiras.

Resultado 2025: Nota A

- **Incremento da Arrecadação Tributária:**

A arrecadação total das receitas estaduais (ICMS, IPVA, ITCD, PROTEGE e FUNDEINFRA) atingiu R\$ 38,22 bilhões em 2025, registrando crescimento nominal de 4,48% em relação ao exercício anterior.

Mesmo após o encerramento dos efeitos extraordinários do Programa Negocie Já, que impactaram positivamente a arrecadação de 2024, o Estado manteve trajetória de crescimento sustentável da receita tributária, superando em 1,65% a meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual.

Resultado 2025:

- Arrecadação Total 2025: R\$ 38,22 bilhões
- Crescimento em relação a 2024: 4,48%
- Superação da previsão da LOA: 1,65%

- **Dívida e Estoque da Dívida:**

A gestão fiscal responsável permitiu a manutenção do controle sobre os indicadores de endividamento do Estado.

O indicador de endividamento encerrou 2025 em 68,54%, representando significativa evolução quando comparado aos patamares observados em anos anteriores. Paralelamente, o estoque da dívida ativa tributária e não tributária sob gestão da Secretaria da Economia totalizou R\$ 41,23 bilhões em 31 de dezembro de 2025.

Os resultados demonstram o fortalecimento da sustentabilidade fiscal e o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão e cobrança dos créditos públicos.

Resultado 2025:

- Indicador de Endividamento: 68,54%
- Estoque da Dívida Ativa: R\$ 41,23 bilhões

Créditos recuperados: A recuperação de créditos tributários continua sendo um dos principais instrumentos de incremento da arrecadação e de promoção da justiça fiscal.

Em 2025, a Secretaria da Economia manteve ações voltadas ao aprimoramento dos mecanismos de cobrança administrativa, monitoramento de grandes devedores, conformidade tributária e utilização de ferramentas digitais de fiscalização e cobrança.

Os resultados alcançados reforçam a importância estratégica das ações de recuperação de créditos para a sustentabilidade das finanças públicas estaduais.

Resultado 2025: Eficiência na recuperação de créditos tributários com a recuperação de R\$ 1,67 bilhão. Aumento do Índice de Recuperação de Créditos de 1,55% em 2022 para R\$ 4,06% em 2025.

- **Autos de infração:**

As ações de fiscalização tributária continuaram sendo conduzidas com foco na inteligência fiscal, análise de dados e gestão de riscos, priorizando a regularização espontânea e a conformidade tributária.

A ampliação do uso de ferramentas analíticas e de cruzamento eletrônico de informações permitiu maior assertividade das ações fiscais, contribuindo para o combate à sonegação e para o fortalecimento da arrecadação sem aumento da litigiosidade.

Resultado 2025: Foram lavrados mais de R\$ 607 milhões em autos de infração de ICMS

- **Percentual Liquidado sobre Empenho por Exercício:**

O percentual de liquidação das despesas empenhadas constitui importante indicador de qualidade da execução orçamentária e financeira.

Em 2025, a Secretaria da Economia deu continuidade ao monitoramento sistemático da execução orçamentária dos órgãos estaduais, por meio do Ranking de Execução Orçamentária e Financeira, promovendo maior eficiência na utilização dos recursos públicos, aumento da previsibilidade da execução e melhoria dos processos de planejamento e acompanhamento das despesas.

O exercício registrou a melhor nota média histórica do ranking, evidenciando a maturidade alcançada pela gestão orçamentária estadual.

Resultado 2025: Nota média 8,44 no Ranking de Execução Orçamentária e Financeira.

- **Conformidade Fiscal:**

O exercício de 2025 marcou o encerramento do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), com obtenção, pelo terceiro ano consecutivo, da nota máxima de conformidade atribuída pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Esse resultado possibilitou a adesão do Estado ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (PROPAG), fortalecendo a sustentabilidade fiscal e ampliando a capacidade de investimento do Estado nos próximos anos.

Resultado 2025: Nota A de Conformidade Fiscal.

- **Qualidade da Informação Contábil e Fiscal:**

Goiás consolidou sua posição de referência nacional em transparência e qualidade da informação pública.

Em 2025, o Estado conquistou, pelo terceiro ano consecutivo, a primeira colocação no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal do SICONFI, alcançando pontuação máxima e reafirmando o compromisso com a excelência da gestão fiscal.

Resultado 2025: 1º lugar nacional no Ranking SICONFI.

2. Estrutura do PPA da Secretaria da Economia - Exercício de 2025

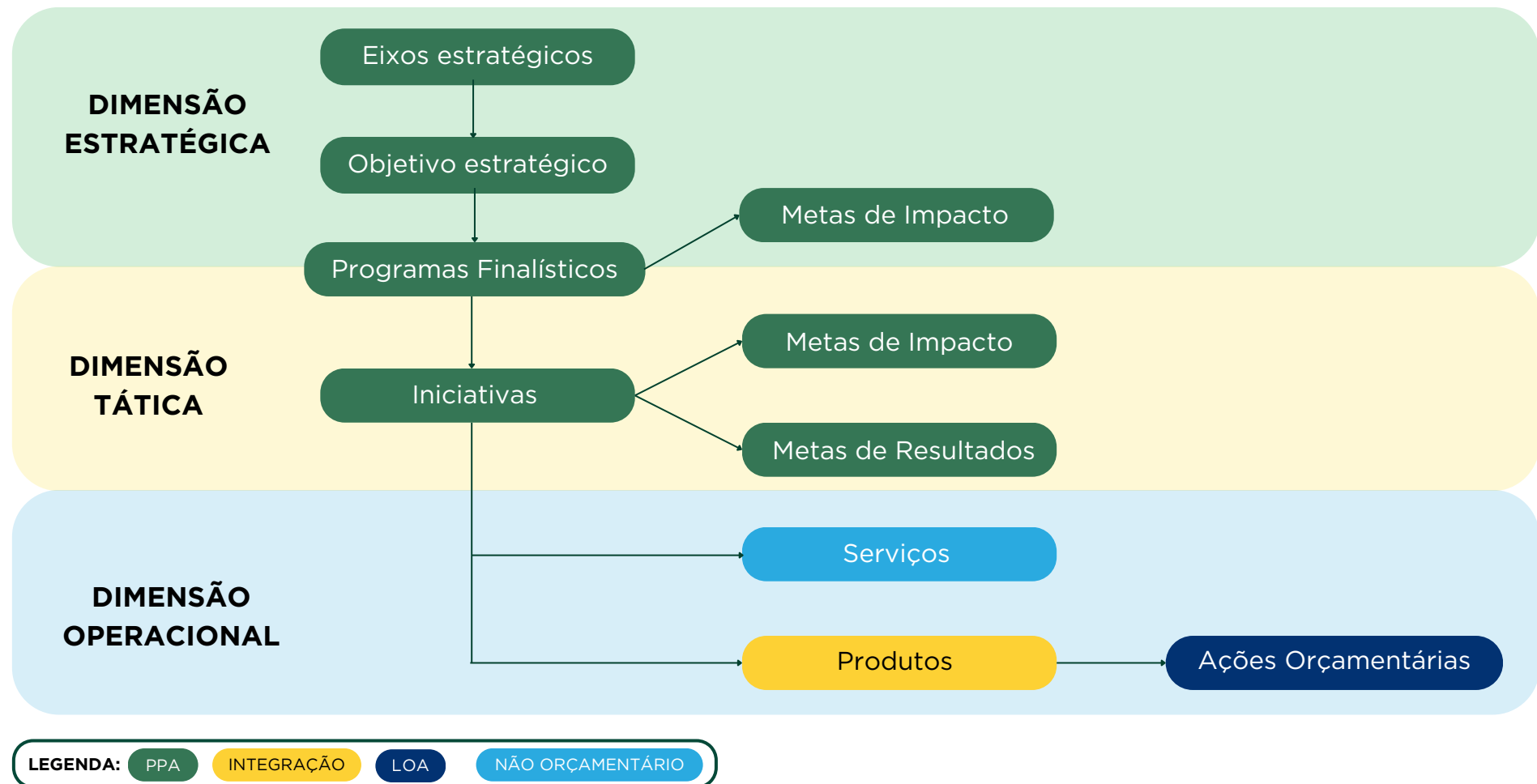


2. Estrutura do PPA da Secretaria da Economia - Exercício 2025

O PPA da Secretaria da Economia, exercício 2025, seguiu a estrutura do diagrama de fluxo do PPA 2024-2027,

conforme figura abaixo, apresentado no Manual Técnico do PPA 2024-2027.

DIAGRAMA DE FLUXO DO PPA 2024-2027



ESTRUTURA DO PPA 2024-2027 - ECONOMIA

Do início de 2024 até 1º de junho de 2025, o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 da Secretaria da Economia teve a seguinte configuração, mais simplificada:

Eixo	GOIÁS DE GESTÃO RESPONSÁVEL E TRANSFORMADORA
Objetivo Estratégico	ATENDIMENTO DE EXCELÊNCIA
Unidade Orçamentária	1701 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ECONOMIA
Programa	1048 - GOIÁS DA GESTÃO TRANSFORMADORA
Iniciativa	10163 - INSTITUCIONALIZAÇÃO, AUTOMATIZAÇÃO E APARELHAMENTO DA SECRETARIA
Entregas	19155 - GESTÃO DA INICIATIVA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO IMPLANTADA 19180 - SERVIÇOS PARA MODERNIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA ECONOMIA
Iniciativa	10007 - AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA E DA QUALIDADE DAS FINANÇAS, DO PLANEJAMENTO E DO GASTO PÚBLICO
Entregas	18626 - PLANO ESTADUAL DE MÉDIO E LONGO PRAZO ELABORADO 19179 - SOLUÇÃO PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E TESOURO IMPLANTADA
Iniciativa	10033 - AUMENTO DA ARRECADAÇÃO E MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL
Entrega	18167 - FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO MODERNIZADA

Em 2025, após realização de oficinas com as 4 Subsecretarias da Secretaria da Economia: Receita, Tesouro, Orçamento e Planejamento, foi publicada a revisão do PPA da Secretaria da Economia, com ajustes e alterações em seus elementos, especificamente nas entregas e metas com vistas à sua adequação às demandas e à dinâmica do planejamento governamental.

Sendo assim, a partir de 1º de junho de 2026 a estrutura do PPA da Secretaria da Economia, contemplando suas iniciativas, entregas e metas, está apresentada da seguinte forma:

Eixo	GOIÁS DE GESTÃO RESPONSÁVEL E TRANSFORMADORA
Objetivo Estratégico	ATENDIMENTO DE EXCELÊNCIA
Unidade Orçamentária	1701 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ECONOMIA
Programa	1048 - GOIÁS DA GESTÃO TRANSFORMADORA
Iniciativa	10007 - AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA E DA QUALIDADE DAS FINANÇAS, DO PLANEJAMENTO E DO GASTO PÚBLICO
Entregas	19155 - GESTÃO DA INICIATIVA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO IMPLANTADA 19180 - SERVIÇOS PARA MODERNIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA ECONOMIA 20205 - INTERVENÇÕES DE INFRAESTRUTURA REALIZADAS 20204 - SOLUÇÕES DE TI ENTREGUES

Iniciativa

10163 - INSTITUCIONALIZAÇÃO, AUTOMATIZAÇÃO E APARELHAMENTO DA SECRETARIA

Entregas

- 20817** - PLANO ESTADUAL DE MÉDIO E LONGO PRAZO ELABORADO
- 20211** - PLANO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLANTADO
- 20212** - FRAMEWORK RUMO (ROTAS UNIFICADAS DE METAS E OBJETIVOS) IMPLANTADO
- 20185** - SERVIDOR DA REDE SIPOFE CERTIFICADO
- 20198** - GESTÃO DA INICIATIVA DE AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA E DA QUALIDADE DAS FINANÇAS, DO PLANEJAMENTO E DO GASTO PÚBLICO
- 20213** - PROCESSOS DO PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO MELHORADOS
- 20199** - PROCESSOS ORÇAMENTÁRIOS MELHORADOS
- 20216** - PROCESSOS FINANCEIROS MELHORADOS
- 20214** - MARCO FISCAL IMPLANTADO
- 20217** - ÓRGÃO COM CENTRO DE CUSTO IMPLANTADO

Iniciativa

10033 - AUMENTO DA ARRECADAÇÃO E MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Entregas

- 20207** - SISTEMÁTICA DE MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA IMPLANTADA
- 20210** - SERVIÇO NA PLATAFORMA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE DISPONIBILIZADO
- 20197** - NOTA FISCAL PARTICIPANTE DO PROGRAMA DE ESTÍMULO À CIDADANIA

3. Demonstrativo da Execução Físico-Financeira das Iniciativas dos Programas do PPA - Exercício 2025



3.1. Programa: Goiás da Gestão Transformadora (1048)

O programa compreende iniciativas para melhoria da eficiência do Estado, por meio de modernização da infraestrutura, melhoria da integração entre órgãos estaduais, formação de redes para operacionalizar sistemas estruturantes de governo, como os de planejamento, arrecadação e controle orçamentário e financeiro.

- Resultado esperado**
Gestão pública inteligente e integrada, em consonância com as ferramentas tecnológicas e procedimentais contemporâneos.

EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DAS INICIATIVAS DO PROGRAMA - PARTE 1

Iniciativa	Entrega/Unidade	Metas Físicas			Ação	Metas Financeiras (em reais)		Taxa de Liquidação da ação (g=f/e)	Eficiência Física por Iniciativa (d)	Taxa de Liquidação da Iniciativa (h=f/e)	Eficiência (i=d/h)
		Prevista (a)	Realizada (b)	Eficiência Física por Entrega (c=b/a)		Dotação Autorizada (e)	Saldo Liquidado (f)				
10007 - AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA E DA QUALIDADE DAS FINANÇAS, DO PLANEJAMENTO E DO GASTO PÚBLICO	18626 - PLANO ESTADUAL DE MÉDIO E LONGO PRAZO ELABORADO (PRODUTO SIOFI / UNIDADE) (01/01/2024 - 31/05/2025)	1,0	0,0	0,00%					0,00%	99,20%	0,0
	19179 - SOLUÇÃO PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E TESOURO IMPLANTADA (PRODUTO SIOFI / UNIDADE) (01/01/2024 - 31/12/2025)	150,0	0,0	0,00%	3249 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ESTRUTURADOR DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS	432.000,00	428.544,00	99,20%			
	20185 - SERVIDOR DA REDE SIPOFE CERTIFICADO (PRODUTO SIOFI / UNIDADE) (01/06/2025 - 31/12/2027)	150,0	0,0	0,00%							
	20198 - GESTÃO DA INICIATIVA DA AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA E DA QUALIDADE DAS FINANÇAS, DO PLANEJAMENTO E DO GASTO PÚBLICO (PRODUTO SIOFI / UNIDADE) (01/06/2025 - 31/12/2027)	1,0	1,0	100,00%							
	20199 - PROCESSOS ORÇAMENTÁRIOS MELHORADOS (SERVIÇO / UNIDADE) (01/06/2025 - 31/12/2027)		7,0								

Fontes: Entrega/unidade e meta física prevista: SIPLAM (conforme disposto no Anexo Único e § 1º do Art. 12 da Lei nº 22.317, DE 18/10/2023)

EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DAS INICIATIVAS DO PROGRAMA - PARTE 2

Iniciativa	Entrega/Unidade	Metas Físicas			Ação	Metas Financeiras (em reais)		Taxa de Liquidação da ação (g=f/e)	Eficácia Física por Iniciativa (d)	Taxa de Liquidação da Iniciativa (h=f/e)	Eficiência (i=d/h)
		Prevista (a)	Realizada (b)	Eficácia Física por Entrega (c=b/a)		Dotação Autorizada (e)	Saldo Liquidado (f)				
10007 - AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA E DA QUALIDADE DAS FINANÇAS, DO PLANEJAMENTO E DO GASTO PÚBLICO	20213 - PROCESSOS DO PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO MELHORADOS (SERVIÇO / PERCENTUAL) (01/06/2025 - 31/12/2027)		100,0								
	20216 - PROCESSOS FINANCEIROS MELHORADOS (SERVIÇO / PERCENTUAL) (01/06/2025 - 31/12/2027)		100,0								
	20211 - PLANO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLANTADO (PRODUTO SIOFI / PERCENTUAL) (01/06/2025 - 31/12/2027)	0,0	30,0	100,00%							
	20212 - FRAMEWORK RUMO (ROTAS UNIFICADAS DE METAS E OBJETIVOS) IMPLANTADO (PRODUTO SIOFI / PERCENTUAL) (01/06/2025 - 31/12/2027)	15,0	20,0	100,00%							
	20214 - MARCO FISCAL IMPLANTADO (PRODUTO SIOFI / PERCENTUAL) (01/06/2025 - 31/12/2027)	100,0	30,0	30,00%							
	20217 - ÓRGÃO COM CENTRO DE CUSTO IMPLANTADO (PRODUTO SIOFI / UNIDADE) (01/06/2025 - 31/12/2027)	2,0	0,0	0,00%							
	20817 - PLANO ESTADUAL DE MÉDIO E LONGO PRAZO ELABORADO (PRODUTO SIOFI / PERCENTUAL) (01/06/2025 - 31/12/2027)	30,0	0,0	0,00%	3248 - ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE MÉDIO E LONGO PRAZO	0,00	0,00	-			
10033 - AUMENTO DA ARRECADAÇÃO E MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL	18167 - FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO MODERNIZADA (PRODUTO SIOFI / PERCENTUAL) (01/01/2024 - 31/12/2025)	40,0	12,5	31,33%	3250 - MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO	11.246.696,60	7.606.932,03	67,64%	31,33%	67,64%	0,5
	20197 - NOTA FISCAL PARTICIPANTE DO PROGRAMA DE ESTÍMULO À CIDADANIA. (PRODUTO SIOFI / UNIDADE) (01/06/2025 - 31/12/2027)	4.600.000,0	4.571.474,0	99,38%							

Fontes: Entrega/unidade e meta física prevista: SIPLAM (conforme disposto no Anexo Único e § 1º do Art. 12 da Lei nº 22.317, DE 18/10/2023)

EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DAS INICIATIVAS DO PROGRAMA - PARTE 3

Iniciativa	Entrega/Unidade	Metas Físicas			Ação	Metas Financeiras (em reais)		Taxa de Liquidação da ação (g=f/e)	Eficácia Física por Iniciativa (d)	Taxa de Liquidação da iniciativa (h=f/e)	Eficiência (i=d/h)
		Prevista (a)	Realizada (b)	Eficácia Física por Entrega (c=b/a)		Dotação Autorizada (e)	Saldo Liquidado (f)				
10033 - AUMENTO DA ARRECADAÇÃO E MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL	20207 - SISTEMÁTICA DE MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA IMPLANTADA (PRODUTO SIOFI / PERCENTUAL) (01/06/2025 - 31/12/2027)	30,0	0,0	0,00%							
	20210 - SERVIÇO NA PLATAFORMA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE DISPONIBILIZADO (PRODUTO SIOFI / UNIDADE) (01/06/2025 - 31/12/2027)	20,0	0,0	0,00%							
10163 - INSTITUCIONALIZAÇÃO, AUTOMATIZAÇÃO E APARELHAMENTO DA SECRETARIA	19155 - GESTÃO DA INICIATIVA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO IMPLANTADA (PRODUTO SIOFI / UNIDADE) (01/01/2024 - 31/05/2025)	1,0	1,0	100,00%							
	20204 - SOLUÇÕES DE TI ENTREGUES (PRODUTO SIOFI / PERCENTUAL) (01/06/2025 - 31/12/2027)	0,0	0,0	100,00%							
	20205 - INTERVENÇÕES DE INFRAESTRUTURA REALIZADAS (PRODUTO SIOFI / PERCENTUAL) (01/06/2025 - 31/12/2027)	0,0	0,0	100,00%					58,31%	76,60%	0,8
	20782 - GESTÃO DA INICIATIVA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO IMPLANTADA (PRODUTO SIOFI / PERCENTUAL) (01/06/2025 - 31/12/2027)	100,0	58,3	58,31%	2435 - MODERNIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA ECONOMIA	51.566.915,34	39.498.826,04	76,60%			
	19180 - SERVIÇOS PARA MODERNIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA ECONOMIA (SERVIÇO / UNIDADE) (01/01/2024 - 31/12/2027)		0,0								
TOTAL DO PROGRAMA						63.245.611,94	47.534.302,07		29,88%	75,16%	0,4

3.1.1. Iniciativa 10033: Aumento da Arrecadação e Modernização Tributária Estadual

Iniciativa	Eficácia Física por Iniciativa (d)	Taxa de Liquidação da iniciativa (h=f/e)	Eficiência (i=d/h)
10033 - AUMENTO DA ARRECAÇÃO E MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL	31,33%	67,64%	0,5

Entrega	Valores Físicos		Valores Financeiros (R\$)			Ações Orçamentárias
	Previsto	Realizado	Estimado PPA	Dotação Autorizada	Liquidações Monitoradas	
18167 - FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO MODERNIZADA (PRODUTO SIOFI /PERCENTUAL) (01/01/2024 -31/12/2025)	40	12,5	16.870.150,00	11.246.696,60	7.987.275,37	3250 - MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO (R\$ 7.606.932,03)
* Entrega substituída em 2025 pelas entregas:						
20207 - SISTEMÁTICA DE MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA IMPLANTADA (PRODUTO SIOFI / PERCENTUAL) (01/06/2025 - 31/12/2027)	30	0	0	0	0	
Resultado das Entregas / Ações Nova ação que o monitoramento será iniciado em 2026.						
20210 - SERVIÇO NA PLATAFORMA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE DISPONIBILIZADO (PRODUTO SIOFI / UNIDADE) (01/06/2025 - 31/12/2027)	20	0	0	0	0	
Resultado das Entregas / Ações Nova ação que o monitoramento será iniciado em 2026.						
20197 - NOTA FISCAL PARTICIPANTE DO PROGRAMA DE ESTÍMULO À CIDADANIA. / UNIDADE (01/06/2025 - 31/12/2027)	4.600.000,00	4.571.474,00	6.900.000,00	0	0	

Observação:

Em decorrência da revisão do PPA 2024-2027, realizada no exercício de 2025, novas entregas foram incorporadas ao planejamento a partir de 1º de junho de 2025. Contudo, por decisão estratégica da alta administração, não houve alocação orçamentária para essas entregas no exercício de 2025, uma vez que sua execução demandaria a solicitação de suplementação orçamentária.

Dessa forma, o início efetivo da execução e do monitoramento das novas entregas está previsto para o exercício de 2026.

Em 2025, a Secretaria da Economia avançou na modernização da administração tributária, com ênfase na simplificação dos serviços ao contribuinte, na redução da litigiosidade, no planejamento fiscal e no aprimoramento da fiscalização, com efeitos no aumento da arrecadação e na redução da inadimplência.

“Crescimento da arrecadação tributária total de 4,48% em relação ao ano anterior”

Conforme demonstrativo constante da tabela a seguir, a arrecadação total acumulada das Receitas Estaduais (ICMS, IPVA, ITCD, Contribuições para o Fundo PROTEGE e Fundeinfra) atingiu, no período de janeiro a dezembro de 2025, o valor de R\$ 38.222,30 milhões, registrando acréscimo de 4,48% em relação ao mesmo período de 2024, com variação positiva nominal de R\$ 1.639,71 milhões.

**Comparativo da arrecadação das Receitas Estaduais – GOIÁS
– 2024 a 2025 – preços correntes (em R\$)**

Arrecadação da Receita Tributária Total (2024 vs 2025) - em R\$			
Receita	Arrecadação (2024)	Arrecadação (2025)	Variação Percentual
ICMS	29.425.553.332	30.695.951.798	4,32%
IPVA	3.361.604.103	3.640.059.464	8,28%
ITCD	1.031.280.180	929.999.431	-9,82%
PROTEGE	1.857.119.954	2.061.812.399	11,02%
FUNDEINFRA	907.034.417	894.475.647	-1,38%
Total	36.582.591.986	38.222.298.739	4,48%

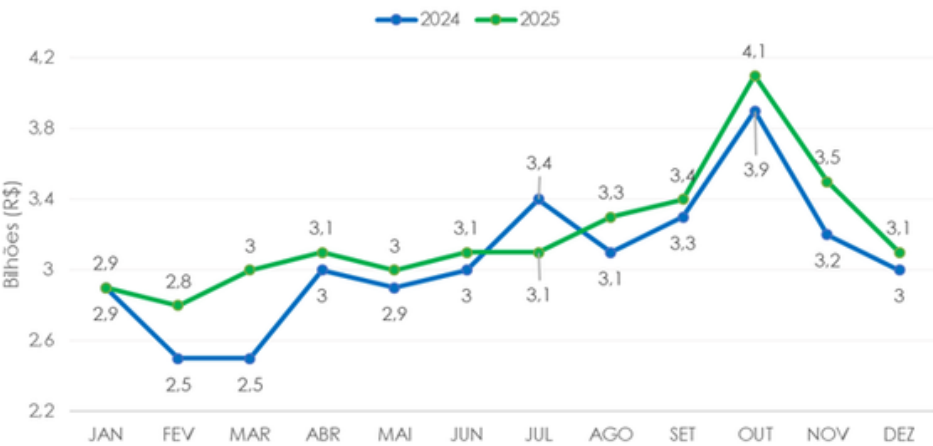
A receita tributária total cresceu 4,48% em 2025, em comparação ao ano anterior. No entanto, essa variação percentual seria ainda mais expressiva, alcançando 8,36%, caso fossem desconsiderados os valores arrecadados no âmbito do programa Negocie Já.

Entre abril e dezembro de 2024, período em que estiveram abertas as adesões ao programa, foram recolhidos aproximadamente R\$ 1,2 bilhão em ICMS, R\$ 274 milhões em IPVA e R\$ 168 milhões em ITCD.

Em 2025, por sua vez, os recolhimentos vinculados ao programa referem-se exclusivamente à carteira de parcelamentos previamente negociada, o que compromete a comparabilidade entre os dois períodos.

No que se refere ao cumprimento das metas estabelecidas, a arrecadação total de 2025 superou em 1,65% a prevista na LOA 2025 (Lei nº 23.246/25), conforme se verifica na tabela a seguir. A arrecadação do ICMS apresentou elevada aderência ao longo do período analisado, evidenciando a consistência das projeções realizadas. Esse desempenho reforça que os modelos e metodologias adotados para as estimativas se mostram sólidos e confiáveis.

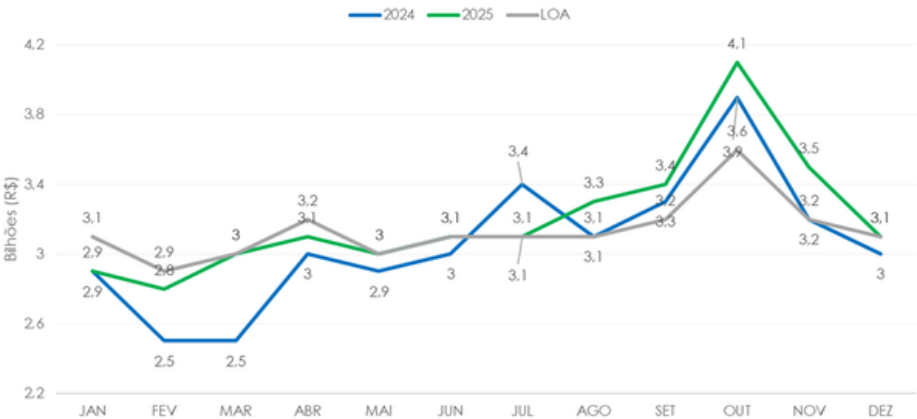
Comparativo da arrecadação das Receitas Estaduais – GOIÁS
– 2024 a 2025 – preços correntes (em R\$)



Comparativo da arrecadação das Receitas Estaduais – GOIÁS
– 2024 a 2025 – preços correntes (em R\$)

Arrecadação Nominal x LOA com Negocie Já				
Receita	Arrecadado 2024	Arrecadado 2025	Projeção LOA 2025	Variação
ICMS	29.424.701.988	30.695.979.038	30.208.895.276	1,61%
IPVA	3.361.605.532	3.640.083.047	3.394.392.736	7,24%
ITCD	1.031.280.180	929.999.431	991.523.461	-6,20%
FUNDEINFRA	907.034.417	894.475.647	1.254.253.209	-28,68%
PROTEGE	1.857.128.723	2.061.841.019	1.754.191.519	17,54%
Total	36.581.750.840	38.222.378.182	37.603.256.201	1,65%

Comparativo mensal da arrecadação realizada e projetada – 2024, 2025 e LOA 2025.



Fonte: Sistema de Arrecadação das Receitas – SARE. Obs.: Os valores de arrecadação apresentados no Gráfico A têm como fonte de dados o universo “SARE”, razão pela qual apresentam pequenas divergências em relação aos valores divulgados pela Tabela A (universo “ARR”).

Registra-se também que os desvios observados entre os valores previstos e os efetivamente realizados das receitas analisadas decorrem, em grande medida, da ocorrência de eventos atípicos e de natureza não recorrente, os quais não se encontravam incorporados às séries temporais utilizadas nos modelos de previsão. Tais modelos foram construídos com base em padrões históricos regulares de arrecadação e pressupõem relativa estabilidade dos fatores geradores da receita, não sendo capazes de antecipar choques excepcionais de ordem jurídica, administrativa ou econômica.

O desempenho da arrecadação do FUNDEINFRA foi influenciado, principalmente, pelos acordos de compensação firmados com diversos contribuintes, nos termos do art. 6º-A da Lei nº 21.670, de 6 de dezembro de 2022. Esses acordos autorizam que investimentos realizados em estudos, projetos e/ou obras de infraestrutura sejam compensados com débitos devidos ao Fundo, o que impacta negativamente a arrecadação financeira, na medida em que reduz o ingresso efetivo de recursos no período analisado.

No caso do PROTEGE, em novembro de 2025, observou-se um recolhimento atípico de receitas, decorrente da conversão em renda de valores que se encontravam anteriormente depositados em juízo e em discussão judicial. Após decisão favorável ao Estado, tais depósitos judiciais foram convertidos em favor do erário, resultando em um acréscimo extraordinário da ordem de R\$ 182 milhões. Trata-se, contudo, de evento de natureza não recorrente, o que compromete a comparabilidade direta com períodos anteriores e com os valores originalmente previstos.

O ITCD reclama considerações específicas, uma vez que sua natureza está relacionada a fatos econômicos essencialmente aleatórios. Não se mostra razoável a realização de comparações históricas em séries mais extensas, pois o comportamento de sua arrecadação não guarda relação direta com o nível de atividade econômica que justifique análises conjunturais mais aprofundadas. O fato gerador do imposto decorre de transmissões causa mortis e de contratos de doação, eventos e negócios jurídicos imprevisíveis quanto à sua ocorrência, ao valor envolvido e ao momento de formalização, o que limita substancialmente a previsibilidade da arrecadação e a aderência de modelos comparativos tradicionais.

• **IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ICMS:**

Conforme demonstrado nas tabelas a seguir, a arrecadação do ICMS encerrou o ano de 2025 com crescimento de 4,32% em relação ao exercício anterior.

**Comparativo da arrecadação do ICMS trimestral - GOIÁS - 2024 a 2025
- preços correntes (em R\$ bilhões)**

Trimestre	Arrecadação ICMS (2024)	Arrecadação ICMS (2025)	Varição Percentual
1	6.382.491.590	6.921.013.053	8,44%
2	7.317.117.681	7.636.204.003	4,36%
3	7.861.289.572	7.907.396.585	0,59%
4	7.864.654.489	8.231.338.157	4,66%
Total	29.425.553.332	30.695.951.798	4,32%

Comparativo da arrecadação do ICMS por Atividade Econômica - GOIÁS - 2024 a 2025 - preços correntes (em R\$)

Segmento Econômico	ICMS (Acum. 2024)	ICMS (Acum. 2025)	Variação %
COMBUSTÍVEL	7.519.600.260	8.270.528.088	9,99%
COMÉRCIO ATACADISTA E DISTRIBUIDOR	5.771.287.949	5.848.846.213	1,34%
INDÚSTRIA	5.589.432.652	5.699.813.182	1,97%
COMÉRCIO VAREJISTA	4.799.501.526	4.947.887.592	3,09%
ENERGIA ELÉTRICA	2.273.693.303	2.396.711.921	5,41%
OUTRAS	1.420.807.336	1.399.702.132	-1,49%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	877.183.766	904.612.886	3,13%
COMUNICAÇÃO	628.159.641	619.419.173	-1,39%
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	434.576.661	503.340.361	15,82%
EXTRATOR MINERAL OU FÓSSIL	111.310.236	105.090.250	-5,59%
Total	29.425.553.332	30.695.951.798	4,32%

O ICMS, responsável por 80% da receita tributária em 2025, foi influenciado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- Elevação das alíquotas do ICMS monofásico: foram reajustadas a partir de 1º de fevereiro de 2025, para gasolina e etanol anidro, óleo diesel e biodiesel.

- Maiores volumes de gasolina, óleo diesel e GLP destinados ao consumo em Goiás: No período de janeiro a novembro de 2025, os volumes superaram os registrados no mesmo intervalo de 2024.

- Resiliência da atividade industrial goiana: desempenho positivo dos setores alimentício e agroindustrial, aliado à diversificação da base produtiva estadual e às ações contínuas de fiscalização e monitoramento tributário, que contribuíram para o crescimento da arrecadação do ICMS.

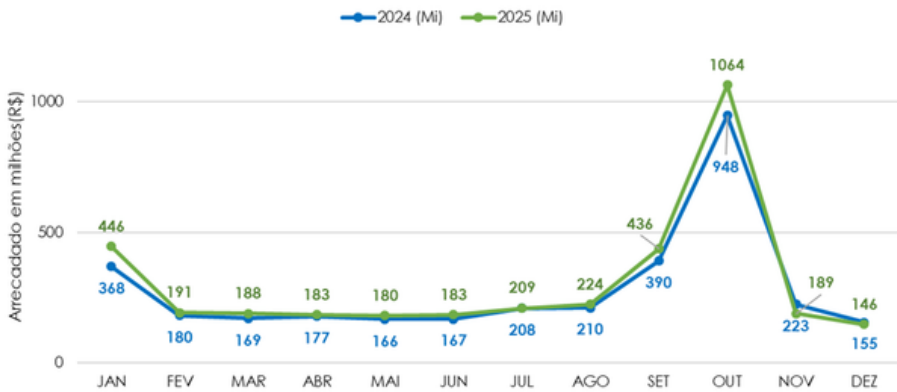
- Capacidade de ajuste do comércio atacadista e distribuidor: bom desempenho dos segmentos de atacado de alimentos e de veículos e peças, contribuindo para a expansão da arrecadação do ICMS.

- Resiliência do consumo de bens essenciais: manutenção da arrecadação em segmentos como alimentos, medicamentos e produtos de higiene, que ajudou a sustentar o desempenho do ICMS varejista em um cenário de elevado endividamento das famílias.

• IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA:

Conforme demonstrativo constante no gráfico e tabela a seguir, o IPVA teve um aumento de 8,28% em relação ao mesmo período do ano anterior. A curva de arrecadação desse tributo possui um comportamento típico, seguindo o calendário determinado de vencimento. Na comparação mês a mês com o ano anterior, a diferença foi positiva para a maioria dos meses.

Comparativo da arrecadação - IPVA - GOIÁS - 2024 a 2025 - preços correntes (em milhões de R\$)



Comparativo da arrecadação - IPVA - GOIÁS - 2024 a 2025 - preços correntes (em R\$)

Mês	Arrecadação IPVA (2024)	Arrecadação IPVA (2025)	Variação %
JAN	368.074.149,31	445.855.448,09	21,13%
FEV	180.178.178,70	191.205.363,41	6,12%
MAR	169.238.293,12	188.295.490,76	11,26%
ABR	176.803.936,83	183.409.538,07	3,74%
MAI	166.208.873,13	180.049.274,20	8,33%
JUN	167.248.221,97	183.181.142,81	9,53%
JUL	207.765.602,25	208.531.065,08	0,37%
AGO	209.992.196,39	224.377.940,50	6,85%

Comparativo da arrecadação - IPVA - GOIÁS - 2024 a 2025 - preços correntes (em R\$) - continuação

Mês	Arrecadação IPVA (2024)	Arrecadação IPVA (2025)	Variação %
SET	390.384.469,91	435.788.944,59	11,63%
OUT	947.529.612,78	1.063.846.117,00	12,28%
NOV	223.090.622,84	189.146.966,00	-15,22%
DEZ	155.089.945,85	146.372.173,38	-5,62%
Total	3.361.604.103,08	3.640.059.463,89	8,28%

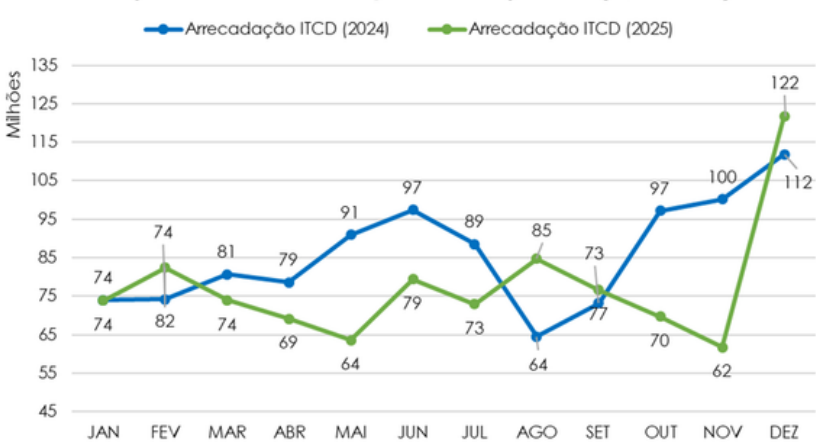
• IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO - ITCD:

A Lei 21.915/23 representou um marco divisor de águas ao implementar uma nova sistemática de apuração e pagamento do ITCD. Conforme demonstrativo constante no gráfico e tabela a seguir, o ano de 2025, apesar do recebimento e processamento de volume recorde de declarações, o ITCD teve uma retração de 9,82%, pois em 2024 houve a arrecadação de R\$ 168 milhões do programa Negocie Já. Ao desconsiderá-lo, observa-se crescimento de 7,7% da arrecadação em 2025 em comparação ao exercício anterior.

Comparativo da arrecadação por mês - ITCD - GOIÁS - 2024 a 2025 - preços correntes (em R\$)

Mês	Arrecadação IPVA (2024)	Arrecadação IPVA (2025)	Variação %
JAN	74.010.908	73.914.054	-0,13%
FEV	74.186.929	82.457.362	11,15%
MAR	80.713.947	73.938.199	-8,39%
ABR	78.555.321	69.131.154	-12,00%
MAI	90.970.342	63.613.176	-30,07%
JUN	97.443.837	79.446.010	-18,47%
JUL	88.556.205	72.895.519	-17,68%
AGO	64.472.040	84.749.444	31,45%
SET	73.121.634	76.595.767	4,75%
OUT	97.232.254	69.666.625	-28,35%
NOV	100.201.617	61.734.224	-38,39%
DEZ	111.815.147	121.857.898	8,98%
Total	1.031.280.180	929.999.431	-9,82%

Comparativo da arrecadação por mês - ITCD - GOIÁS - 2024 a 2025 - preços correntes (em R\$)



A figura a seguir apresenta o detalhamento dos principais resultados relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD).

Detalhamento dos resultados relacionados ao ICMS, IPVA e ITCD:



ICMS

O ICMS foi responsável por 80% da receita tributária em 2025

Fatores de Influência:

- Elevação das alíquotas do ICMS monofásico;
- Maiores volumes de gasolina, óleo diesel e GLP destinados ao consumo em Goiás;
- Resiliência da atividade industrial goiana;
- Capacidade de ajuste do comércio atacadista e distribuidor;
- Resiliência do consumo de bens essenciais;
- Ampliação da percepção de risco por meio de ações de fiscalização, tais como monitoramento, auditorias, envio de comunicados de autorregularização e estímulo à regularização espontânea;
- Realização de operações direcionadas, a exemplo da Operação Safra e da Operação Safrinha;
- Instituição de Força-Tarefa para atuação no combate a empresas fraudulentas no setor do agronegócio;
- Realização de operações conjuntas com a DOT para o combate à sonegação fiscal e aos crimes contra a ordem tributária.

RESULTADO:

Crescimento de 4,32% em relação ao ano de 2024



IPVA

Em 2025, a arrecadação total do IPVA alcançou 3,64 bilhões

Fatores de Influência:

- Calendário de Pagamento do IPVA;
- Ações de combate à sonegação fiscal do IPVA, especialmente relacionadas à utilização indevida de benefícios fiscais.

RESULTADO:

Crescimento de 8,28% em relação ao ano de 2024



ITCD

Em 2025, a arrecadação total alcançou R\$ 930 milhões.

Fatores de Influência:

- Implantação do sistema ITCD Web 4.0, com a adoção da Tabela FIPE como base de cálculo do imposto e sua integração ao sistema, bem como implementação do Módulo Cartório, voltado à prevenção e ao combate a fraudes
- Processamento rápido das declarações.

RESULTADO:

Média mensal aproximada de 3,1 mil declarações processadas

Total de 37,5 mil declarações processadas

“Eficiência na recuperação de créditos tributários: recuperação de R\$ 1,67 bilhão”

Considera-se recuperação de crédito, todo recebimento de crédito tributário vinculado a algum Processo Administrativo Tributário (PAT), regido pela Lei nº 16.469/09, em qualquer fase processual.

O Programa NEGOCIE JÁ, implementado em 2024, foi um sucesso em termos de recuperação de créditos, obtendo um resultado sem precedentes no Estado de Goiás. Foram objeto de negociação um total de 401 mil processos, sendo 272 mil quitados e 129 mil parcelados. Em valores nominais, isso representou R\$ 4.952.305.279,59 negociados, sendo R\$ 1.583.570.345,23 pagos à vista e R\$ 3.368.734.934,36 bilhões parcelados.

Em 2025, a Recuperação de Créditos Tributários manteve-se robusta, assim como a série histórica. Em termos de valores absolutos, a arrecadação tributária, relativa à recuperação de créditos, somou o montante de R\$ 1.677.621.715,68 (valores atualizados).

“Aumento do Índice de Recuperação de Créditos: de 1,55% em 2022 para R\$ 4,06% em 2025”

Comparando-se a recuperação de crédito tributário atualizado pelo IPCA, com o valor da dívida ativa também atualizada, com os exercícios 2022 e 2023, anos em que não houve Programas Especiais de Negociação de Débitos, houve um expressivo aumento proporcional, na medida que a relação Recuperação

de Créditos sobre o Valor da Dívida Ativa saltou de 1,55% e 2,54% em 2022 e 2023, para 4,06% em 2025, conforme tabela a seguir:

Histórico da Recuperação de Créditos x Estoque da Dívida Ativa (atualizado IPCA)

Ano	Recuperação de Créditos	Estoque da Dívida Ativa	Índice de Recuperação
2021	R\$2.039.573.906,88	R\$71.465.779.971,70	2,85%
2022	R\$1.195.115.627,19	R\$77.022.697.439,41	1,55%
2023	R\$1.665.597.376,35	R\$65.672.289.365,40	2,54%
2024	R\$2.584.404.765,90	R\$40.841.688.852,08	6,33%
2025	R\$1.677.621.715,68	R\$41.367.937.212,12	4,06%

Como se vê tabela anterior , há um robusto crescimento do recebimento de recursos financeiros decorrentes da recuperação de créditos ao longo do tempo, evidenciando a efetividade e a importância das ferramentas de recuperação de créditos, tais como a Cobrança via Call Center, Protesto da Certidão da Dívida Ativa (CDA), Arrolamento Administrativo Tributário, Representação Fiscal para Fins Penais, dentre outras importantes ações realizadas que propiciam o recebimento do crédito tributário constituído, portanto, na recuperação de créditos.

A decomposição da forma de pagamento dos créditos recuperados historicamente, com e sem anistia fiscal, evidencia que, em exercícios em que há Programa Especial de Recuperação de Crédito, como em 2021 (Lei nº 20.966) e 2024 (Leis nºs 22.571 e 22.572), existe grande adesão por parte dos contribuintes, que utilizam a anistia concedida para regularizar seus débitos para com a Fazenda Pública Estadual. Tal fato se evidencia na tabela a seguir (valores atualizados pelo IPCA).

Histórico da Recuperação de Créditos Com e Sem Anistia

Ano	Com Anistia	Sem Anistia	Total Geral
2021	R\$1.390.722.291,33	R\$648.851.615,56	R\$2.039.573.906,88
2022	R\$341.702.311,14	R\$853.413.316,05	R\$1.195.115.627,19
2023	R\$218.496.434,47	R\$1.447.100.941,88	R\$1.665.597.376,35
2024	R\$1.768.059.257,28	R\$816.345.508,63	R\$2.584.404.765,90
2025	R\$448.919.150,19	R\$1.228.702.565,50	R\$1.677.621.715,68

Entre as responsabilidades da Superintendência de Recuperação de Crédito, nos termos do art. 39, II do Decreto nº 10.516/24, estão: formalizar, autorizar, processar e gerenciar os parcelamentos do crédito tributário.

A arrecadação de crédito tributário em decorrência de parcelamento se evidencia uma importante fonte de recuperação de créditos tributários, haja vista que no ano de 2025, o valor recebido de crédito parcelado foi de R\$ 986.368.435,01.

O índice de inadimplência, em relação à carteira de parcelamentos, foi de 8,99% em 2025, inferior ao constatado no exercício anterior, de 14,33%.

Para a consecução dos resultados relacionados à adimplência dos pagamentos parcelados e à recuperação de créditos à vista, destacam-se ações estratégicas de cobrança realizadas pela Superintendência de Recuperação de Crédito da Secretaria da Economia que, em 2025, desenvolveu as seguintes iniciativas:

- 887.791 ligações telefônicas através do Call Center, que resultou em 18.966 cobranças efetivadas;
- Envio de 225.346 e-mails informativos de débito de parcelamento vencidos e a vencer, para contribuintes com endereço de e-mail cadastrado, além de 17.202 e-mails informativos de débitos aos contribuintes;
- Envio aos contribuintes, via DTE, de 4.443 comunicados de débitos prestes a serem inscritos em dívida ativa.

Conforme a tabela a seguir, o estoque da dívida ativa tributária e não tributária do Estado de Goiás, gerido pela Secretaria de Estado da Economia, em 31/12/2025, totaliza R\$ 41.227.142.234,11.

Estoque da Dívida Ativa em 31/12/2025 (em R\$)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
ICMS	
PRINCIPAL	R\$ 13.918.277.737,13
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	R\$ 6.583.367.007,98
ICMS PENA PECUNIÁRIA	R\$ 4.683.314.007,21
MULTAS E JUROS DE AÇÃO FISCAL	R\$ 14.602.597.429,80
IPVA	
PRINCIPAL	R\$ 654.418.747,41
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	R\$ 203.594.626,45
MULTAS E JUROS DE AÇÃO FISCAL	R\$ 176.632.309,64
ITCD	
PRINCIPAL	R\$ 75.314.611,85
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	R\$ 36.423.310,51
ITCD PENA PECUNIÁRIA	R\$ 12.216.708,82
MULTAS E JUROS DE AÇÃO FISCAL	R\$ 80.518.549,85
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	
PRINCIPAL DA DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	R\$ 21.197.206,68
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	R\$ 18.401.533,28
MULTAS E JUROS DE AÇÃO FISCAL DA DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	R\$ 160.868.447,50
TOTAL	R\$ 41.227.142.234,11

Fonte: Sistema de Grande Porte da Economia, no seguinte ambiente de trabalho: PROCESSO ADM. TRIBUTÁRIO (PAT) / DÍVIDA ATIVA E EXECUÇÕES / RELATÓRIO CONTÁBIL DA DÍVIDA ATIVA / CONSULTA ESTOQUE DÍVIDA ATIVA

No exercício 2024, assim como no exercício anterior (2023), houve uma redução expressiva no valor do estoque, haja vista ter sido concluído um grande saneamento em toda a base da dívida ativa, com a implementação do Tema 1062-STF (Taxa SELIC), da Lei nº 21.842/2023 e do Decreto nº 10.369/2023, além da realização do Programa NEGOCIE JÁ 1, instituído pelas Leis 22.571 e 22.572/2024, que também reduziu o estoque da dívida ativa em razão dos pagamentos realizados e da anistia e remissão concedidos.

Contudo, conforme demonstrado na tabela a seguir, em 2025 houve a retomada da tendência natural de crescimento anual da dívida ativa, que saltou de R\$ 38.968.637.890,68 em 31/12/2024, para R\$ 41.227.142.234,11 em 31/12/2025, o que representa um incremento aproximado de 5,5%.

Resumo dos saldos da dívida ativa tributária e não tributária do Estado de Goiás no exercício 2025

	SALDO EM 31/12/2024	ENTRADAS	PAGAMENTOS	PRESCRIÇÕES	EXTINÇÕES DIVERSAS	ANISTIAS	REMISSÕES	SALDO EM 31/12/2025	SALDO AJUSTE	DIFERENÇA DE SALDOS
	A	B	C	D	E	F	G	H	I=H-B-D-E-F-G	J=H-I
ICMS										
PRINCIPAL	11.894.297.855,56	2.436.899.044,85	257.818.812,34	164.022.829,47	132.342.569,73	0,00	0,00	13.918.277.737,13	13.777.913.468,27	141.264.268,86
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	4.740.744.827,89	531.522.715,23	37.317.471,43	107.855.814,43	73.680.717,15	27.005.625,94	0,00	6.583.367.007,98	5.926.408.913,97	1.556.958.094,01
ICMS PENA PECUNIÁRIA	4.328.284.343,67	267.510.484,27	5.780.055,98	0,00	12.069.753,49	105.255,38	0,00	4.683.314.007,21	4.577.859.743,09	105.454.264,12
MULTAS E JUROS DE AÇÃO FISCAL	16.796.501.200,84	1.268.775.821,25	101.723.732,21	274.280.296,71	3.731.663.674,85	92.196.420,13	0,00	14.602.597.429,80	13.885.413.398,49	717.183.531,31
SUB-TOTAL 01	37.739.828.327,86	4.534.789.045,60	402.620.872,56	546.158.140,61	3.048.756.735,82	119.307.305,43	0,00	39.787.556.182,12	37.246.895.123,82	2.540.661.058,30
IPVA										
PRINCIPAL	561.662.841,49	199.442.616,16	209.800.215,99	224.486,40	879.917,13	0,00	0,00	654.418.747,41	550.209.938,15	104.208.809,26
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	136.322.768,99	17.237.580,89	37.549.123,99	97.827,54	297.282,16	350.277,82	0,00	203.594.626,45	115.264.639,87	88.327.986,58
MULTAS E JUROS DE AÇÃO FISCAL	144.570.798,86	32.504.679,19	47.359.441,82	190.321,96	236.472,96	22.709.409,99	0,00	176.632.309,64	106.669.744,94	69.962.564,70
SUB-TOTAL 02	842.556.409,34	249.184.876,06	294.708.781,80	421.835,89	1.404.672,30	23.059.687,80	0,00	1.034.645.083,50	772.146.322,96	262.498.760,54
ITCD										
PRINCIPAL	74.963.522,76	8.140.600,64	3.253.132,42	699.245,84	957.554,50	0,00	0,00	75.314.611,85	78.203.199,56	-2.888.587,71
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	27.205.846,94	2.820.344,07	501.717,96	313.829,19	558.757,58	1.220.587,46	0,00	36.423.310,51	36.423.310,51	0,00
ITCD PENA PECUNIÁRIA	11.561.724,29	298.773,30	613.952,56	0,00	1.029.056,82	0,00	0,00	12.216.708,82	10.217.488,21	1.999.220,61
MULTAS E JUROS DE AÇÃO FISCAL	80.600.400,06	4.363.567,79	1.540.775,52	962.304,26	2.658.593,94	8.168.208,17	0,00	89.518.549,85	71.628.083,96	17.890.465,89
SUB-TOTAL 03	194.331.494,05	15.632.294,80	5.395.579,46	1.975.379,29	5.203.962,82	9.388.796,43	0,00	204.473.183,85	187.488.079,55	16.985.104,30
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA										
PRINCIPAL DA DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	20.209.214,41	2.480.410,78	366.218,82	263.405,75	822.948,39	0,00	0,00	21.197.206,68	21.217.053,03	-19.846,35
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	17.462.536,10	203.904,62	144.613,34	612.269,20	568.001,54	0,00	0,00	18.401.533,28	16.341.556,64	2.059.976,64
MULTAS E JUROS DE AÇÃO FISCAL DA DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	164.249.897,82	202.164,99	85.807,63	3.901.816,20	3.043.806,95	0,00	0,00	169.660.447,50	157.420.632,13	12.239.815,37
SUB-TOTAL 04	201.921.648,33	2.886.480,39	596.636,79	4.777.491,15	4.434.756,88	0,00	0,00	209.467.187,46	194.979.241,80	14.487.945,66
TOTAL	38.968.637.890,68	4.802.392.696,85	703.841.071,11	553.332.846,94	3.968.800.126,17	151.755.785,08	0,00	41.227.142.234,11	38.491.300.758,23	2.735.841.475,88

“O percentual de recebimento de créditos inscritos em dívida ativa em relação ao estoque atingiu, em 2025, o percentual de 1,71%”

Em 2025, o valor total de processos administrativos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa foi de R\$ 4.802.392.696,85, e o valor recebido no Tesouro Estadual referente aos créditos inscritos totalizou R\$ 703.841.071,11.

Em 2025, o valor total de processos administrativos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa foi de R\$ 4.802.392.696,85, e o valor recebido no Tesouro Estadual referente aos créditos inscritos totalizou R\$ 703.841.071,11.

O percentual de recebimento dos créditos inscritos em dívida ativa, em relação ao estoque, atingiu o percentual de 1,71%, que representa o maior valor da série histórica, considerando os anos em que não houve Programa de Negociação de Débitos com descontos em juros e multas.

As estratégias operacionais que contribuíram para maximizar a recuperação de créditos, em 2025, foram:

- DIVAT-e: Sistema Eletrônico que permite a descentralização do lançamento de créditos oriundos de órgãos externos (Administração Direta, Tribunais de Contas e Poder Judiciário do Estado de Goiás);

- CADIN Estadual: instituído pela Lei nº 19.754/2017, consolida, em uma única base, dados de todas as pessoas físicas e jurídicas que possuem pendências pecuniárias, contratuais e de prestação de contas perante a Administração Pública Estadual.

- Protesto Extrajudicial em Cartório: instrumento eficiente de cobrança da CDA, que amplia a recuperação de créditos e reduz a judicialização. Em 2024 foram protestadas 7.727 CDAs, perfazendo um valor total de R\$ 1,60 bilhão. Já em 2025 houve um aumento expressivo do número de títulos protestados. Foram 125.091 CDAs, na importância de R\$ 7,16 bilhões.

- Cobrança Judicial - PGE: a Superintendência de Recuperação de Crédito é responsável pelo saneamento dos créditos a serem inscritos em dívida ativa, a seleção dos créditos aptos à execução fiscal, a elaboração da minuta de petição de execução fiscal e a busca de bens dos devedores, o que contempla a pesquisa de veículos, imóveis e semoventes. Concluído esse serviço, todo o material é encaminhado à PGE para a propositura da ação de execução fiscal. Em 2024, foram emitidas e enviadas à PGE 5.372 petições (16.772 PAT), no valor de R\$ 3,86 bilhões. Em 2025, foram protocoladas 1.099 ações judiciais (5.609 PAT), totalizando R\$ 4,23 bilhões. A redução no número de execuções decorre da elevação do piso para ajuizamento das execuções fiscais em Goiás para R\$ 500 mil, conforme pela LC nº 197/2024 e a Portaria nº 630 - GAB/PGE.

Demais entregas da administração tributária:

- **AutoReg - Sistema de Autorregularização:** possibilita ao contribuinte regularizar inconsistências detectadas de forma ágil e totalmente on-line, sem aplicação de penalidades. Foi concluída a fase 3 do projeto, referentes às malhas parametrizáveis, com a adequação do sistema para permitir o envio de comunicados a todos os tipos de contribuintes - pessoas físicas, pessoas jurídicas e produtores rurais. O sistema viabiliza, para qualquer tipo de malha, a emissão de DAREs, a solicitação de parcelamentos e a apresentação de justificativas, dispensando a necessidade de atendimento presencial. A iniciativa busca fortalecer a arrecadação e reduzir a litigiosidade;

- **ITCD 4.0 - Módulos de Autorregularização e Ação Fiscal:** em 2025, foi implantado o sistema ITCD 4.0, com a adoção da Tabela FIPE como base de cálculo do imposto e sua integração ao sistema. O módulo contemplou, ainda, a integração com os cartórios para a comunicação automática dos documentos pertinentes, bem como a utilização de inteligência artificial para conferência documental. A iniciativa visa promover maior transparência nos procedimentos, a redução de erros e fraudes, além do aprimoramento do controle e da rastreabilidade dos processos;

- **SISIMP - Sistema de Controle e Liberação das Importações:** foi implantada a versão 1.0 do Sistema SISIMP, que permite a liberação automática e eletrônica das mercadorias importadas por contribuintes goianos, por meio da integração com as Declarações de Importação (DI) registradas no Siscomex. O sistema realiza o cálculo do imposto devido, emite o DARE, acompanha o pagamento e efetua a liberação da mercadoria. Além disso, identifica os casos em que o recolhimento não é exigido em razão de tratamento especial concedido por TARE ou pela própria legislação, aplicando automaticamente as respectivas regras fiscais. Está prevista, para 2026, a implantação do SISIMP 2.0, que será integrado à Declaração Única de Importação (DUIMP), da Receita Federal;

- **Sistema de Gestão de Regimes Especiais (GRE):** simplifica e agiliza o enquadramento de indústrias no Progoiás, contribuindo para a atração de investimentos e o fomento ao desenvolvimento econômico do Estado;

- **Projeto Débito Declarado:** Iniciado em 2025, o projeto alinha a legislação tributária estadual ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), simplificando a cobrança de tributos declarados e não pagos por meio da eliminação da necessidade de lavratura de auto de infração para a constituição do crédito tributário exigível, tornando o processo de recuperação mais célere e eficiente. A entrega referente ao cruzamento de malhas fiscais encontra-se concluída e implantada, consolidando a gestão automatizada do crédito tributário. O sistema de monitoramento da inadimplência está plenamente operacional. A iniciativa avança agora para a etapa de desenvolvimento da automação da inscrição em dívida ativa, com o objetivo de processar automaticamente os débitos em atraso superior a 90 dias, garantindo maior celeridade ao ciclo de recuperação dos créditos Resultado desse Projeto.

- **Integração Meios de Pagamentos aos Documentos Fiscais Eletrônicos:** a Instrução Normativa nº 1608/2025-GSE, publicada em setembro de 2025, tornou obrigatória a vinculação de pagamentos eletrônicos — como cartões e Pix — à NF-e e NFC-e. A medida moderniza as obrigações acessórias, fortalece a conformidade tributária e amplia o controle das operações. A Secretaria da Economia promoveu eventos para divulgação e esclarecimentos aos contribuintes, contadores e desenvolvedores;

- **Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica**

(NFCom): A inclusão do setor de telecomunicações no universo de documentos fiscais digitais tornou-se obrigatória, a partir de 1º de novembro de 2025, para os contribuintes do ICMS prestadores de serviços de comunicação e telecomunicação. A medida constitui um avanço relevante para a administração tributária, ao ampliar a transparência, fortalecer a segurança das informações e simplificar os procedimentos fiscais. Destaca-se, ainda, que o novo modelo documental está alinhado às diretrizes da Reforma Tributária, contribuindo para a modernização do sistema e para a futura integração com os novos tributos;

- **ArcGIS - Monitoramento do Agronegócio:** sistema que permite a leitura de mapas e polígonos georreferenciados para auditorias em produtores rurais, com o objetivo de ampliar o controle da produção agrícola e fortalecer a conformidade fiscal;

- **SOFIA:** novo sistema de auditoria baseado em modelos de inteligência artificial, cuja versão inicial contempla a auditoria da carga tributária, com o objetivo de aumentar a produtividade dos Auditores Fiscais, reduzindo o tempo necessário à realização das auditorias. Está prevista, para 2026, a implantação das versões 2.0 e 3.0 com novas modalidades de auditorias;

- **IPVA:** foram efetuadas operações de combate à sonegação fiscal do IPVA, especialmente relacionadas à utilização indevida de benefícios fiscais;

- **Acompanhamento da Reforma Tributária:** Em 2025 foi promovido curso de capacitação sobre Reforma Tributária para 100 Auditores-Fiscais, com carga horária de 42 horas, visando à disseminação do conhecimento técnico. As aulas foram gravadas para utilização em edições futuras do curso.

- **80ª edição do ENCAT:** Em 2025 foi promovido curso de capacitação sobre Reforma Tributária para 100 Auditores-Fiscais, com carga horária de 42 horas, visando à disseminação do conhecimento técnico. As aulas foram gravadas para utilização em edições futuras do curso.

3.1.2. Iniciativa 10007: Ampliação da Eficiência e da Qualidade das Finanças, do Planejamento e do Gasto Público

Iniciativa	Eficácia Física por Iniciativa (d)	Taxa de Liquidação da iniciativa (h=f/e)	Eficiência (i=d/h)
10007 - AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA E DA QUALIDADE DAS FINANÇAS, DO PLANEJAMENTO E DO GASTO PÚBLICO	0,00%	99,20%	0

• SUBSECRETARIA DO TESOUREO ESTADUAL

Entrega	Valores Físicos		Valores Financeiros (R\$)			Ações Orçamentárias
	Previsto	Realizado	Estimado PPA	Dotação Autorizada	Liquidações Monitoradas	
20214 - MARCO FISCAL IMPLANTADO /PERCENTUAL (01/06/2025 - 31/12/2027)	100	30	0	0	0	
20217 - ÓRGÃO COM CENTRO DE CUSTO IMPLANTADO /UNIDADE (01/06/2025 - 31/12/2027)	2	0	0	0	0	

• SUBSECRETARIA CENTRAL DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Entrega	Valores Físicos		Valores Financeiros (R\$)			Ações Orçamentárias
	Previsto	Realizado	Estimado PPA	Dotação Autorizada	Liquidações Monitorada	
18626 - PLANO ESTADUAL DE MÉDIO E LONGO PRAZO ELABORADO (PRODUTO SIOFI /UNIDADE) (01/01/2024 - 31/05/2025)	1	0	456.000,00	0	0	
* Entrega substituída em 2025 pela entrega:						
20817 - PLANO ESTADUAL DE MÉDIO E LONGO PRAZO ELABORADO (PRODUTO SIOFI / PERCENTUAL) (01/06/2025 - 31/12/2027)	30	0	456.000,00	0	0	3248 - ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE MÉDIO E LONGO PRAZO (R\$ 0,00)
Resultado das Entregas / Ações Entrega igual a 18626 que foi descontinuada. Entrega com meta física executada igual a zero em 2025.						
20211 - PLANO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLANTADO / PERCENTUAL (01/06/2025 - 31/12/2027)	0	30	225.000,00	0	0	
20212 - FRAMEWORK RUMO (ROTAS UNIFICADAS DE METAS E OBJETIVOS) IMPLANTADO /PERCENTUAL (01/06/2025 - 31/12/2027)	15	20	1.125.000,00	0	0	

• SUBSECRETARIA DO TESOIRO ESTADUAL, SUBSECRETARIA CENTRAL DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO E SUBSECRETARIA CENTRAL DE ORÇAMENTO

Entrega	Valores Físicos		Valores Financeiros (R\$)			Ações Orçamentárias
	Previsto	Realizado	Estimado PPA	Dotação Autorizada	Liquidações Monitoradas	
20198 - GESTÃO DA INICIATIVA DA AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA E DA QUALIDADE DAS FINANÇAS, DO PLANEJAMENTO E DO GASTO PÚBLICO / UNIDADE (01/06/2025 - 31/12/2027)	1	1	10.000,00	0	0	
20216 - PROCESSOS FINANCEIROS MELHORADOS / PERCENTUAL (01/06/2025 - 31/12/2027)		100		0		
20199 - PROCESSOS ORÇAMENTÁRIOS MELHORADOS / UNIDADE (01/06/2025 - 31/12/2027)		7		0		
20213 - PROCESSOS DO PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO MELHORADOS / PERCENTUAL (01/06/2025 - 31/12/2027)		100		0		
19179 - SOLUÇÃO PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E TESOIRO IMPLANTADA (PRODUTO SIOFI / UNIDADE) (01/01/2024 - 31/12/2025).	150	0	1.309.000,00	432.000,00	428.544,00	3249 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ESTRUTURADOR DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS (R\$ 428.544,00)
* Entrega substituída em 2025 pela entrega:						
20185 - SERVIDOR DA REDE SIPOFE CERTIFICADO (PRODUTO SIOFI / UNIDADE) (01/06/2025 - 31/12/2027)	150	0	0	0	0	
Resultado das Entregas / Ações Entrega igual a 19179 que foi descontinuada. Entrega com meta física executada igual a zero em 2025.						

Em 2025, o Governo do Estado de Goiás consolidou de forma estruturada uma agenda estratégica voltada à elevação da qualidade do gasto público, baseada na integração efetiva entre planejamento, orçamento e gestão financeira. Essa agenda não se limitou à adoção de boas práticas isoladas, mas representou uma mudança de paradigma na condução da política fiscal, orientada por evidências, resultados e sustentabilidade de longo prazo.

A evolução observada ao longo dos últimos anos demonstra que o Estado superou uma fase marcada por ajustes emergenciais e medidas de contenção, ingressando em um novo ciclo caracterizado pela maturidade institucional, previsibilidade orçamentária e capacidade de investimento. Nesse contexto, a qualidade do gasto público passa a ser compreendida não apenas como um atributo técnico, mas como um vetor essencial para a geração de valor público, a ampliação da eficiência estatal e a melhoria concreta da prestação de serviços à população.

A estratégia adotada em Goiás estrutura-se em três grandes pilares interdependentes. O primeiro refere-se à sustentabilidade fiscal, refletida na melhoria consistente dos indicadores de solvência, liquidez e capacidade de pagamento, bem como no reconhecimento por instituições nacionais quanto à credibilidade das contas públicas estaduais. O segundo pilar diz respeito ao fortalecimento do planejamento orientado por resultados, com a incorporação de metodologias modernas, revisão sistemática de instrumentos e monitoramento contínuo de metas e entregas. Por fim, o terceiro pilar concentra-se no aprimoramento da alocação e da execução orçamentária, com a introdução de incentivos institucionais à eficiência, à previsibilidade e à qualidade da informação.

Essa abordagem integrada permitiu alinhar, de forma inédita, os instrumentos de planejamento estratégico (como o Plano Plurianual e o Planejamento Estratégico Institucional) com os mecanismos operacionais de execução orçamentária e financeira. Como resultado, o orçamento deixou de ser apenas uma peça formal de previsão de receitas e despesas, passando a atuar como instrumento dinâmico de gestão, capaz de traduzir prioridades governamentais em ações concretas, mensuráveis e monitoráveis.

Destaca-se, ainda, o papel central desempenhado pelas áreas técnicas da Secretaria da Economia, que atuaram de forma coordenada na implementação de processos mais robustos, na padronização de procedimentos e na incorporação de soluções tecnológicas inovadoras. Esse esforço institucional possibilitou não apenas maior controle sobre o gasto público, mas também ganhos relevantes de eficiência, transparência e governança.

Adicionalmente, a consolidação dessa agenda ocorreu em um ambiente macroeconômico desafiador, o que reforça a consistência das medidas adotadas. A capacidade de manter o equilíbrio fiscal, ao mesmo tempo em que se ampliam investimentos e se assegura a continuidade de políticas públicas essenciais, evidencia o êxito do modelo implementado.

Assim, os resultados apresentados neste capítulo não devem ser interpretados de forma isolada, mas como parte de uma trajetória estruturada de transformação da gestão pública estadual. Trata-se da consolidação de um modelo que combina responsabilidade fiscal com inovação, planejamento com execução e controle com eficiência, posicionando o Estado de Goiás como referência nacional em qualidade do gasto público.

• SUSTENTABILIDADE FISCAL, TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE

No eixo da Qualidade do Gasto Público, a Secretaria da Economia, por intermédio da Subsecretaria do Tesouro Estadual, consolidou em 2025 a transição da fase de recuperação financeira para a etapa de sustentabilidade fiscal. O aprimoramento contínuo dos processos de planejamento e execução do gasto público superou a fase de ajustes emergenciais, estabelecendo as bases para a manutenção da capacidade de investimento do Estado e a continuidade dos serviços prestados aos cidadãos.

A trajetória de gestão fiscal e financeira de Goiás, iniciada com a necessidade de reverter o desequilíbrio das contas públicas identificado em 2019, apresentou resultados consistentes no atual exercício. A administração pública estadual assegurou o cumprimento das obrigações institucionais e a retomada da estabilidade financeira do Estado. O foco de atuação migrou da estabilização de curto prazo do fluxo de caixa para a sustentabilidade das finanças e a adequação do ambiente econômico.

Nesse contexto estrutural, as entregas e os resultados detalhados neste relatório representam a execução de uma política fiscal planejada. Os indicadores apurados em 2025 englobam a evolução para a classificação "B+" na Capacidade de Pagamento (CAPAG), a obtenção da pontuação máxima (100%) no Ranking da Qualidade da Informação Contábil (SICONFI/STN), a 5ª colocação nacional no pilar de Solidez Fiscal pelo Ranking de Competitividade dos Estados (CLP) e o encerramento da submissão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), acompanhado da transição para a nova regra do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

Evolução para a Classificação B+ no Indicador de Capacidade de Pagamento (CAPAG)

A Capacidade de Pagamento (CAPAG) é o principal indicador utilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para avaliar, de forma objetiva e padronizada, a saúde fiscal de estados e municípios brasileiros. A metodologia baseia-se na análise combinada de três indicadores centrais: Endividamento, Poupança Corrente e Liquidez. Com base na apuração dessas métricas, os entes federativos são classificados em notas que variam de A (boa capacidade de pagamento) a D (incapacidade de pagamento).

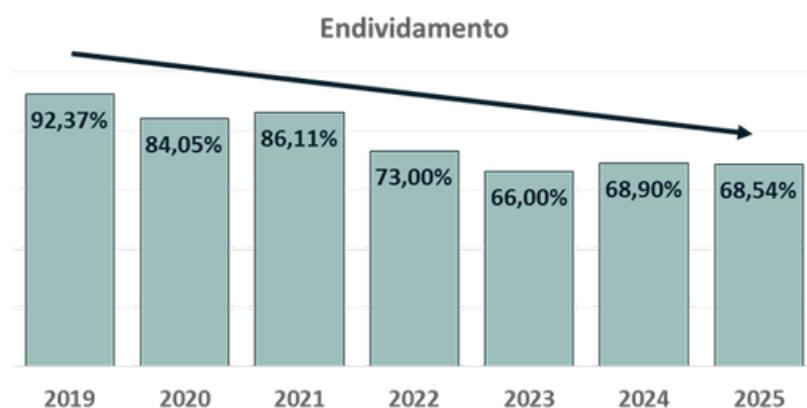
Desde 2019, o Estado de Goiás tem empreendido uma transformação fiscal e administrativa profunda, cujos resultados culminaram, no exercício de 2025, na consolidação da nota final "B+" para a CAPAG estadual. Este avanço é o reflexo direto de uma gestão fiscal responsável, evidenciada pela melhoria contínua nas três frentes metodológicas avaliadas pela STN.

• ENDIVIDAMENTO - E

Este indicador mede a proporção da dívida total em relação à capacidade de geração de receitas correntes, oferecendo uma visão clara sobre o endividamento e a sustentabilidade fiscal (razão entre a Dívida Consolidada - DC e a Receita Corrente Líquida - RCL). Um valor elevado deste indicador pode sinalizar que o estado está altamente endividado em relação à sua capacidade de geração de receitas, o que pode comprometer a sua solvência e capacidade de honrar compromissos futuros. Por outro lado, um valor mais baixo indica uma situação fiscal com menor dependência de recursos de terceiros. O Gráfico 01 ilustra a evolução do Endividamento de 2019 a 2024.

Este indicador mensura a proporção da dívida total em relação à capacidade de geração de receitas correntes (razão entre a Dívida Consolidada - DC e a Receita Corrente Líquida - RCL), oferecendo um panorama claro sobre a solvência de longo prazo. Valores elevados sinalizam alta dependência de capital de terceiros e risco de insolvência. Em Goiás, o controle sustentável do endividamento tem sido um pilar de estabilidade. O Estado reduziu seu comprometimento de 92,37% em 2019 para 68,54% no encerramento de 2025, garantindo a manutenção histórica de um patamar seguro, classificado com a Nota B.

**Comparativo da arrecadação por mês - ITCD - GOIÁS
- 2024 a 2025 - preços correntes (em R\$)**



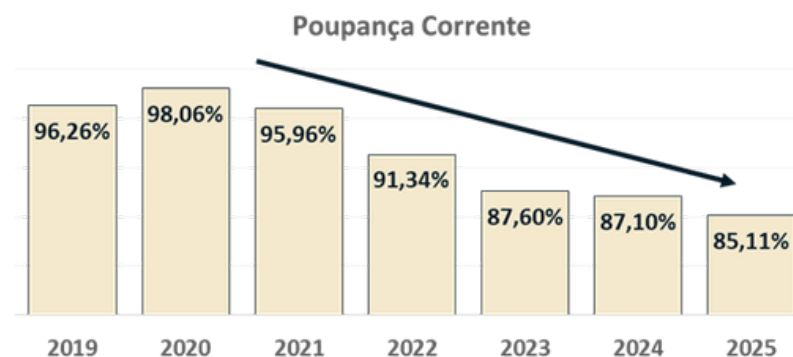
Fonte de Dados: Relatório de Gestão Fiscal - RGF, Balanços anuais, Demonstrativos de Contas Anuais e os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO

• POUPANÇA CORRENTE - PC

Calculada a partir da relação entre a despesa corrente e a receita corrente ajustada, a Poupança Corrente reflete a

capacidade de o Estado gerar recursos próprios suficientes para cobrir suas obrigações operacionais sem comprometer investimentos e sem recorrer a endividamentos. Fruto de esforços contínuos de gestão e contingenciamento orçamentário, Goiás reverteu um cenário crítico. Em 2019, o índice consumia 96,26% das receitas (Nota C). Em 2025, esse indicador alcançou 85,11%, consolidando a Nota B e demonstrando um fortalecimento expressivo na capacidade de poupança da máquina pública.

Evolução do Indicador Poupança Corrente de 2019 a 2025



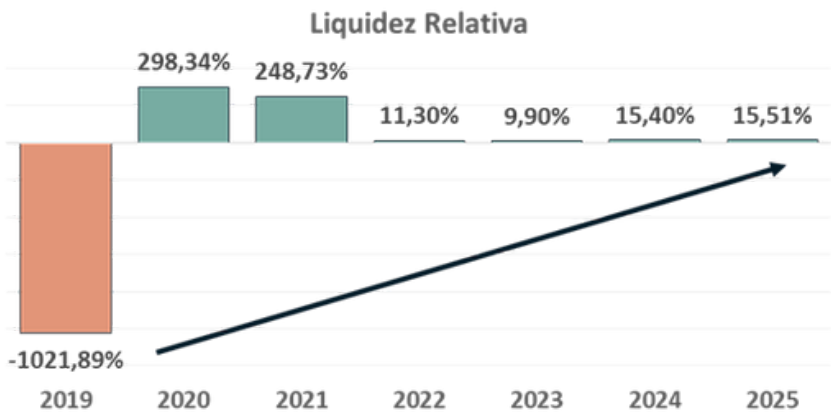
Fonte de Dados: Relatório de Gestão Fiscal - RGF, Balanços anuais, Demonstrativos de Contas Anuais e os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO

• LIQUIDEZ RELATIVA - LR

O indicador de Liquidez Relativa avalia a eficiência na administração do fluxo de caixa e a capacidade imediata de honrar compromissos de curto prazo. É neste quesito que o Estado apresenta sua recuperação mais notável: saindo de um déficit de -1021,89% em 2019 (Nota C), o Tesouro Estadual

otimizou a gestão de seus haveres e obrigações para alcançar índices positivos consistentes, atingindo a excelência da Nota A em 2025.

Variação da Liquidez Relativa de 2019 a 2024



Fonte de Dados: Relatório de Gestão Fiscal – RGF, Balanços anuais, Demonstrativos de Contas Anuais e os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO

A tabela a seguir sintetiza a evolução das notas e percentuais da CAPAG e de seus indicadores componentes ao longo dos últimos exercícios.

Histórico de Notas da CAPAG, Endividamento, Poupança Corrente e Liquidez (2019 a 2025)

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Endividamento (DC)	92,37	84,05	86,11	73,00	66,00	68,99	68,54
	B	B	B	B	B	B	B
Poupança Corrente (PC)	96,26	98,06	95,96	91,34	87,60	87,10	85,11
	C	C	C	B	B	B	B
Liquidez (IL) Liquidez Relativa	-1021,89	298,34	248,73	11,30	9,90	15,40	15,51
	C	C	C	A	A	A	A
NOTA FINAL	C	C	C	B	B	B	B+

A consolidação do patamar "B+" funciona como um atestado incontestável de saúde financeira. O benefício prático e imediato desta evolução é a habilitação institucional de Goiás para pleitear operações de crédito com garantia da União. Essa prerrogativa permite ao Estado captar recursos com taxas de juros significativamente menores no mercado, viabilizando o financiamento de novos investimentos estruturais e obras essenciais para a população.

Contudo, o atingimento deste marco demandou superações complexas. O principal desafio no período de 2025 foi a manutenção do rigor técnico e do equilíbrio contábil para sustentar os bons resultados já alcançados, mesmo diante de um cenário macroeconômico frequentemente desafiador. Visando os exercícios subsequentes (2026 e 2027), o Tesouro Estadual já mapeia desafios futuros: as projeções indicam pressões intrínsecas sobre os indicadores de Poupança Corrente e Liquidez, o que exigirá um monitoramento prudencial contínuo e a manutenção da austeridade para garantir que o Estado não apenas mantenha o B+, mas pavimente sua trajetória rumo à almejada nota A+.

Encerramento do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) com Rating Máximo de Conformidade e Transição para Nova Regra Fiscal em 2025

O exercício de 2025 consolidou-se como um divisor de águas na história das finanças públicas do Estado de Goiás, marcando o encerramento definitivo e bem-sucedido de sua submissão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), outrora regido pelas severas diretrizes da Lei Complementar nº 159/2017.

A culminância deste ciclo de austeridade deu-se de forma irretocável: o Tesouro Estadual logrou êxito ao receber da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a avaliação de grau "A" — a nota máxima de conformidade —, atestando a excelência no cumprimento das metas do regime pelo terceiro ano consecutivo (desde 2022).

A obtenção contínua deste rating máximo não representou apenas o adimplemento de obrigações legais, mas foi a chave mestra para uma transição estratégica fundamental. Foi alicerçado neste atestado de conformidade máxima da STN que o Estado de Goiás viabilizou sua saída formal do RRF em 2025, extinguindo a submissão ao restritivo teto de gastos imposto pelo regime anterior. Esse movimento foi estrategicamente acoplado à adesão pioneira ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), que instituiu um novo arcabouço fiscal a vigor a partir de 2026.

Naturalmente, a sustentação deste padrão de excelência até o último ano do regime exigiu da administração fazendária um controle contínuo e rigoroso. O principal desafio superado consistiu na gestão das vedações impostas pelo RRF (como restrições a contratações e expansão de despesas), aliada à execução precisa de medidas de ajuste fiscal. A complexidade residiu em promover a adequação das contas públicas garantindo, de forma concomitante, a manutenção e a expansão da prestação de serviços essenciais à sociedade, sem permitir que o Estado corresse o risco de colapso financeiro ou desassistência.

Os benefícios colhidos por essa condução exemplar são o legado da atual gestão para o futuro de Goiás. Durante a

vigência do RRF, a manutenção das notas máximas garantiu condições favoráveis de renegociação do passivo e blindou o Estado contra o bloqueio punitivo de recursos constitucionais. Agora, ao encerrar o capítulo da LC nº 159/2017 de forma cancelada pela União e ingressar na regra fiscal do Propag, Goiás não apenas recupera sua autonomia administrativa e orçamentária, mas consolida sua sustentabilidade fiscal, viabilizando um novo ciclo focado em investimentos e no desenvolvimento econômico estrutural.

Manutenção da Liderança Nacional e Atingimento da Pontuação Máxima (100%) no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (SICONFI)

A aplicação rigorosa das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) é o pilar que assegura a fidedignidade dos dados governamentais. Essa aderência normativa contínua tem como objetivo primordial alcançar o nível máximo de excelência, consistência e transparência nas informações contábeis e fiscais enviadas à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), permitindo uma análise precisa da real situação patrimonial, financeira e econômica do Estado de Goiás.

A trajetória goiana no Ranking SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro) ilustra o desenvolvimento de uma sólida cultura institucional voltada à excelência técnica e ao controle social. Desde as primeiras edições do ranking gerido pela STN, Goiás registrou uma ascensão vertiginosa: saltou da 19ª posição (com Nota "B" e 85,40% de acertos) em 2019, para consolidar sua liderança

absoluta no país a partir de 2022.

O ápice desse aprimoramento contínuo materializou-se no exercício de 2025 (avaliando a base de dados de 2024). Neste ano, o Estado alcançou um marco histórico e inédito: a pontuação máxima de 100% nas verificações do ranking. Esse desempenho irretocável resultou na obtenção do Selo de Qualidade "A" e na conquista do 1º lugar no Prêmio da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal da STN pela terceira edição consecutiva (2023, 2024 e 2025).

A consagração de Goiás como tricampeão e referência nacional máxima em transparência contábil gera benefícios tangíveis e imediatos. Além de conferir segurança absoluta aos dados governamentais utilizados pelo controle social e pelos órgãos fiscalizadores, essa excelência atua como um facilitador decisivo no processo de obtenção de avais e garantias da União, viabilizando a captação de novos financiamentos com taxas mais atrativas para o Estado.

Naturalmente, a obtenção e a sustentação desse patamar de excelência exigiram a superação de desafios complexos. O êxito nesta meta demandou a manutenção de um elevado rigor técnico por parte da equipe do Tesouro Estadual, atrelado ao aprimoramento ininterrupto dos processos internos e dos sistemas de classificação orçamentária e contábil. Ademais, foi determinante o investimento estratégico e contínuo na qualificação e atualização dos profissionais que compõem a rede do Sistema de Programação e Execução Financeira (SIPOFE), assegurando que a padronização e a conformidade das rotinas fossem rigorosamente seguidas em todas as setoriais do Estado.

Histórico de Notas do Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (SICONFI) (2020 a 2025)

Ano	Referência	Posição	Pontuação	Nota
2020	base de dados 2019	19ª	85,40%	B
2021	base de dados 2020	7ª	92,90%	B
2022	base de dados 2021	5ª	96,35%	A
2023	base de dados 2022	1ª	99,46%	A
2024	base de dados 2023	1ª	99,81%	A
2025	base de dados 2024	1ª	100%	A

Fonte: https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/ranking_estados

Consolidação da Solidez Fiscal: 5º Lugar Nacional no Ranking de Competitividade dos Estados (CLP)

O Ranking de Competitividade dos Estados, apurado anualmente pelo Centro de Liderança Pública (CLP), consolida-se como um dos mais rigorosos e respeitados instrumentos de avaliação da eficácia da gestão pública no Brasil. No exercício de 2025, o Estado de Goiás demonstrou um desempenho de excelência e ratificou o acerto de sua política econômica ao alcançar a expressiva 5ª colocação nacional no pilar de "Solidez Fiscal". Este resultado evidencia o compromisso inegociável do Tesouro Estadual com o equilíbrio das contas públicas e a sustentabilidade financeira intertemporal.

A análise pormenorizada dos indicadores que compõem este pilar atesta o êxito das estratégias de consolidação fiscal

adotadas. No recorte regional, Goiás assumiu a liderança absoluta na região Centro-Oeste, conquistando o 1º lugar tanto no indicador de Liquidez quanto no indicador de Resultado Primário.

No panorama nacional, a transição de 2024 para 2025 foi marcada por avanços e consolidações importantes nos subíndices avaliados pelo CLP. Conforme demonstrado nos dados da apuração de 2025, o Estado registrou notável desempenho em sua composição interna, destacando-se a ascensão de 9 posições no indicador de Sucesso do Planejamento Orçamentário, além do desempenho expressivo em Solvência Fiscal, que saltou 4 posições. Essa evolução orgânica atesta a robustez do Estado em múltiplas frentes de controle financeiro.

Cumprе ressaltar que a obtenção e a manutenção dessas posições de liderança no ranking não decorrem de fatores inerciais, mas sim de uma administração atuante. O principal desafio superado ao longo de 2025 consistiu em conciliar o atendimento às crescentes demandas da sociedade com um controle estrito da execução orçamentária e uma gestão eficiente do fluxo de caixa. Essa austeridade técnica foi a pedra angular para assegurar a geração de superávit primário e manter os índices de liquidez em patamares de excelência.

Os benefícios gerados por este reconhecimento transcendem o escopo puramente contábil. A chancela de 5º Estado com maior Solidez Fiscal do país funciona como uma comprovação de que Goiás oferece um ambiente de negócios seguro, previsível e altamente favorável. . Esse cenário fiscalista saneado impulsiona de forma direta a competitividade econômica do Estado e eleva a sua credibilidade junto a investidores privados e instituições de

crédito. Fundamentalmente, essa solidez garante ao Governo de Goiás a capacidade de custear a máquina pública e expandir a prestação de serviços essenciais à população com responsabilidade e planejamento.

RANKING DOS ESTADOS			SÉRIE HISTÓRICA			SOBRE E METODOLOGIA				
GO										
Ranking Geral ☐			Pilares e Indicadores							
Goiás  Capital: Goiânia Número de Municípios: 244 (Participação: 4,4%) Área (km²): 343.343 (Participação: 4%) População: 7.056.406	5º Lugar									
	Solidez Fiscal		5º em relação a 2024							
	Pilares		Posição Brasil	Posição Região	Nota Normalizada	Dado Bruto				
	5º Solidez Fiscal		5º ↑ +4	2º ↑ +1	68,9					
	Taxa de Investimentos 2024		12º	3º	30,2	7,05				
	Regra de Ouro 2024		15º ↑ +1	3º	32,4	10,25				
	Solvência Fiscal 2024		14º ↑ +4	3º ↑ +1	82,8	24,3				
	Sucesso do Planejamento Orçamentário 2024		15º ↑ +9	1º ↑ +3	46,1	85,6				
	Dependência Fiscal 2024		8º	3º	79,2	22,2				
	Resultado Primário 2024		8º ↑ +1	1º	58,5	0,53				
Gasto com Pessoal 2024		13º ↓ -2	3º	66,8	54,7					
Índice de Liquidez 2024		2º ↓ -1	1º	99,8	5,8					

Tela: <https://rankingdecompetitividade.org.br/estados/>

Ranking de Competitividade (CLP) (Pilar Solidez Fiscal)					
5º LUGAR GERAL (BRASIL) ↑ Subiu 4 Posições		1º LUGAR CENTRO-OESTE Liquidez & Res. Primário		99,8 NOTA DE LIQUIDEZ 2º Melhor do Brasil	
Indicador	Nota	Posição BR	Varição BR	Posição CO	Varição CO
Solidez Fiscal (Pilar)	68,9	5º	↑ +4	2º	↑ +1
Índice de Liquidez	99,8	2º	↓ -1	1º	-
Resultado Primário	58,5	8º	↑ +1	1º	-
Poup. Corrente	61,3	5º	-	1º	↑ +1
Solvência Fiscal	82,8	14º	↑ +4	3º	↑ +1
Plan. Orçamentário	46,1	15º	↑ +9	1º	↑ +3
Regra de Ouro	32,4	15º	↑ +1	3º	-

Tela: Apresentação Balanço do Tesouro Estadual 2025

Demais entregas do Tesouro, Planejamento e Orçamento:

SUBSECRETARIA DO TESOUREO ESTADUAL

- **Regularização de Precatórios e Redução do Estoque da Dívida:** promoção do adimplemento das obrigações financeiras decorrentes de precatórios judiciais, assegurando o fiel cumprimento dos mandamentos constitucionais. No exercício de 2025, o Tesouro Estadual viabilizou o repasse do montante de R\$ 748 milhões ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) para o pagamento de precatórios, o que contemplou as quitações das filas referentes aos anos de 2020 e 2021. Esta execução financeira estratégica resultou em uma redução significativa (42%) no estoque total de precatórios do Estado no período.

- **Adesão ao Propag e Transição para a Nova Regra Fiscal de Dívidas com a União:** adesão do Estado de Goiás à nova regra fiscal instituída pelo Propag, estabelecendo uma nova dinâmica para o tratamento dos encargos da dívida com a União, em substituição à metodologia da Lei Complementar nº 148/2014. A iniciativa inseriu o Estado no seleto grupo de pioneiros na adesão ao programa até o final de 2025 (ao lado de Minas Gerais e Sergipe). A entrega englobou, ainda, a complexa operacionalização financeira das cotas no Fundo de Equalização Federativa (FEF), resultando em um recebimento total em benefício de Goiás na ordem de R\$ 36,16 milhões e consolidando um ganho projetado de R\$ 26 bilhões ao longo de 30 anos.

- **Consolidação do processo de Contabilização das Contas Pagadoras (Contas Transitórias):** ampliação da automação, a segurança e a eficiência dos registros contábeis financeiros do Estado.

- **Revolução do Sistema de Prestação de Contas (SPC):** modernização da sistemática de prestação de contas governamental mediante a implantação de uma nova ferramenta mais objetiva, cujo destaque é o "Painel de visualização de documentos pendentes".

- **Criação de Novos Formulários Contábeis e Fiscais Estratégicos:** estruturação e disponibilização de novos demonstrativos no sistema para aprimorar a transparência e o controle fiscal. As entregas incluíram a criação do "Demonstrativo da Receita Estadual e a Desvinculação de Receitas (DRE)" e do "Demonstrativo da Receita Intraorçamentária x Despesa".

- **Implantação da sistemática de Gestão por Custos (Fase 1 - Em Andamento):** implantação da cultura e da ferramenta de apuração de custos no Estado. O objetivo (KR 3.2) focou na implementação dessa sistemática em 5 dos principais centros de custos do Governo, com o status consolidado de "Em andamento" ao final de 2025.

- **Estruturação de Transferência de Superávit Financeiro:** adequação das ferramentas contábeis para permitir e registrar de forma sistêmica a "Transferência de superávit do ano anterior no exercício corrente".

- **Aprimoramento do Portal de Informações Contábeis do Estado de Goiás:** reestruturação e aperfeiçoamento do Portal de Informações Contábeis, consolidando-o como o principal canal de comunicação técnica oficial entre a Superintendência de Contabilidade, a Rede SIPOFE e a sociedade, concentrando legislações, manuais, balanços e procedimentos.

- **Lançamento e Disseminação do Balanço Cidadão 2024:** elaboração e disponibilização do Balanço Cidadão, documento que traduz os resultados da gestão fiscal, contábil e orçamentária do exercício de 2024 para uma linguagem simples e visualmente acessível à população, promovendo a transparência ativa.

- **Implantação de Solução SaaS para Transmissão da EFD-REINF:** modernização da gestão e transmissão das obrigações acessórias mediante a contratação e implantação da plataforma especializada (SaaS) da Pytax Solutions Ltda, voltada para a automação da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-REINF).

- **Fomento à Governança com Pós-Graduação em Auditoria Financeira:** capacitação de excelência técnica da força de trabalho por meio da contratação do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em "Especialização em Auditoria Financeira", viabilizado em parceria com a Universidade de Brasília (UnB/FUNAPE), contemplando 45 servidores estratégicos.

- **Excelência e Tempestividade na Orientação à Rede Contábil:** assegurar o suporte técnico normativo de excelência e contínuo para as diversas setoriais do Estado por meio da Central de Atendimento da Contabilidade.

SUBSECRETARIA CENTRAL DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- **Framework Rumo (Rotas para Unificação de Metas e Objetivos Estratégicos):** fornecimento de um modelo metodológico para fortalecer a governança estratégica, assegurando uma abordagem integrada entre planejamento, execução e monitoramento das ações governamentais. Visa harmonizar as iniciativas institucionais com os objetivos estratégicos do governo, garantindo maior transparência, eficiência e impacto na gestão pública.

- **Identidade, Integração e Fortalecimento da Rede de Planejamento:** o Projeto "Integra Planejamento" é focado na execução de eventos (presenciais, online e/ou híbridos) para promover a integração, atualização técnica e o alinhamento estratégico dos servidores que atuam com planejamento governamental em Goiás.

- **Painéis de Planejamento e Monitoramento Governamental:** desenvolvimento de painéis integrados de Business Intelligence para consolidar informações estratégicas, apoiar o monitoramento do PPA 2024-2027 e fortalecer a transparência.

- **Relatório de Encerramento da Gestão - GECEG 2019 a 2026:** Consolidação das entregas governamentais divididas em eixos estratégicos, balizando a divulgação dos grandes feitos da gestão entre 2019 e 2026, conforme o Decreto nº 10.584/2024.

- **Revisão dos Indicadores do Planejamento Governamental:** Processo técnico de aprimoramento dos indicadores do PPA 2024-2027, focando na qualidade metodológica, clareza conceitual e viabilidade de monitoramento.

- **Elaboração e Revisão do PPA (Plano Plurianual):** Instrumento de planejamento de médio prazo que traduz as prioridades governamentais em programas e entregas, orientando a LDO e a LOA.

- **Elaboração dos Relatórios de Entregas Governamentais 2025:** Consolidação e comunicação transparente dos resultados do Governo em 2025, servindo como prestação de contas à sociedade e à Assembleia Legislativa de Goiás. Foi realizado mediante extenso trabalho para integração de dados de sistemas institucionais diversos, dentre os quais projetos, e entregas das pastas, incluídas ou não no PPA, traduzindo elementos de distintos componentes, de forma simples e direta, para permitir uso amplo dos relatórios pela alta gestão estadual e demais Poderes.

- **Governança do Monitoramento 2025:** Orientação às setoriais para qualificação das informações no SIPLAM, assegurando o acompanhamento sistemático de metas, programas e indicadores.

- **Capacitação Executiva - Governança e Gestão Pública em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas:** Contratação via inexigibilidade de licitação de instituição de notória especialização (Instituto Internacional de Inovação em Políticas Públicas e Soluções - 3IPES), para capacitação direcionada principalmente à Rede SIPOFE de Planejamento (com participação de servidores de outras Redes e outras áreas da Secretaria de Estado da Economia). A formação executiva visa capacitar o corpo discente, composto por gestores e servidores em geral, em teoria e aplicação de políticas públicas e planejamento governamental, com especial enfoque em metodologias de Centro de Governo (CoG), unidades de entrega (delivery units), orçamentos.

SUBSECRETARIA CENTRAL DE ORÇAMENTO

- **Ranking de Execução Orçamentária e Financeira:** Instrumento de acompanhamento e avaliação da execução do orçamento estadual, que classifica as unidades orçamentárias com base em indicadores objetivos de desempenho, consolidados em pontuação de 0 a 10. Operacional desde outubro de 2024. A metodologia combina indicadores de polaridade positiva - como a proporção de despesas liquidadas em relação à dotação autorizada - com indicadores de polaridade negativa, que capturam práticas orçamentárias indesejáveis, como o cancelamento de restos a pagar (RAP) e a utilização de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). O modelo aplica filtros técnicos e segmenta as unidades por porte orçamentário, assegurando comparações mais justas e consistentes.

- **Instrumento de Planejamento, Orçamento e Finanças - IPOF:** primeiro módulo do novo SIAFIC estadual, integrando em uma única plataforma os processos de planejamento, orçamento e finanças. O IPOF cobre todo o ciclo da despesa pública desde a fase inicial de planejamento até a execução financeira final. A ação promoveu maior previsibilidade, padronização e rastreabilidade no ciclo da despesa, reduzindo retrabalho, aumentando a consistência das informações e fortalecendo a governança sobre ajustes e reestimativas ao longo do exercício. A implantação do IPOF representa um salto na modernização da gestão orçamentária, unificando sistemas antes fragmentados (como o antigo SEONet de elaboração orçamentária e a Programação de Desembolso Financeiro) e permitindo que, no mesmo ambiente, se planeje a despesa, se execute o orçamento, se monitore a realização e se reestime valores para exercícios futuros.

- **Inteligência Artificial Aplicada à Análise dos Créditos Adicionais:** Ferramenta analítica e preditiva que examina o universo orçamentário das unidades setoriais, realiza projeções de despesas e sugere remanejamentos. É acionada automaticamente quando uma unidade inicia um processo de crédito suplementar sem indicação de recursos.

- **Inteligência Artificial Aplicada à Apropriação de Despesas (Natureza de Despesa):** Assistente virtual baseado em IA integrado ao SIAFIC, treinado para apoiar os usuários na correta definição da Natureza de Despesa, podendo ser utilizado desde as etapas iniciais de planejamento, inclusive durante a elaboração do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar.

- **Painel de Acompanhamento da Execução de Contratos:** Painel gerencial que oferece visão consolidada dos contratos, da execução orçamentária associada e da evolução dos pagamentos, vinculado ao Plano Interno (PI) e ao Sistema de Gestão de Contratos (SCO). Disponível para todas as unidades orçamentárias.

- **Sistema de Disponibilização Orçamentária (SDO):** Plataforma para operacionalizar, de forma padronizada e rastreável, as disponibilizações orçamentárias no âmbito das Unidades Orçamentárias do Poder Executivo, permitindo registrar e acompanhar devoluções e realocações de dotações.

- **Sistema de Abertura de Chamados - GLPI:** Ferramenta de código aberto (Gestionnaire Libre de Parc Informatique) para gestão de demandas (service desk), que estruturou de forma padronizada o registro, o acompanhamento e a priorização das solicitações relacionadas aos sistemas e processos orçamentários.

- **Portal de Conteúdo do SIPOFE:** Ambiente centralizado de conhecimento e comunicação voltado às áreas de planejamento, orçamento e finanças da Rede SIPOFE. Concebido como um hub informacional reunindo notícias, manuais, tutoriais e conteúdos técnicos em um único espaço digital.

3.1.3. Iniciativa 10163: Institucionalização, Automatização e Aparelhamento da Secretaria

Iniciativa	Eficácia Física por Iniciativa (d)		Taxa de Liquidação da iniciativa (h=f/e)		Eficiência (i=d/h)	
10163 - INSTITUCIONALIZAÇÃO, AUTOMATIZAÇÃO E APARELHAMENTO DA SECRETARIA	58,31%		76,60%		0,8	

Entrega	Valores Físicos		Valores Financeiros (R\$)			Ações Orçamentárias
	Previsto	Realizado	Estimado PPA	Dotação Autorizada	Liquidações Monitoradas	
18167 - FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO MODERNIZADA (PRODUTO SIOFI /PERCENTUAL) (01/01/2024 -31/12/2025)	40	12,5	16.870.150,00	11.246.696,60	7.987.275,37	3250 - MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO (R\$ 7.606.932,03)
* Entrega substituída em 2025 pelas entregas:						
20207 - SISTEMÁTICA DE MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA IMPLANTADA (PRODUTO SIOFI / PERCENTUAL) (01/06/2025 - 31/12/2027)	30	0	0	0	0	
Resultado das Entregas / Ações Nova ação que o monitoramento será iniciado em 2026.						
20210 - SERVIÇO NA PLATAFORMA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE DISPONIBILIZADO (PRODUTO SIOFI / UNIDADE) (01/06/2025 - 31/12/2027)	20	0	0	0	0	
Resultado das Entregas / Ações Nova ação que o monitoramento será iniciado em 2026.						
20197 - NOTA FISCAL PARTICIPANTE DO PROGRAMA DE ESTÍMULO À CIDADANIA. / UNIDADE (01/06/2025 - 31/12/2027)	4.600.000,00	4.571.474,00	6.900.000,00	0	0	
Resultado das Entregas / Ações Ação nova que o monitoramento será iniciado em 2026, pois não houve aporte orçamentário em 2025						

Observação:

Em decorrência da revisão do PPA 2024-2027, realizada no exercício de 2025, novas entregas foram incorporadas ao planejamento a partir de 1º de junho de 2025. Contudo, por decisão estratégica da alta administração, não houve alocação orçamentária para essas entregas no exercício de 2025, uma vez que sua execução demandaria a solicitação de suplementação orçamentária.

Dessa forma, o início efetivo da execução e do monitoramento das novas entregas está previsto para o exercício de 2026.

Em 2025, a Secretaria da Economia avançou no eixo de Inovação e Governança por meio de iniciativas voltadas à evolução da tecnologia da informação, à modernização de processos e infraestrutura, ao desenvolvimento institucional e ao fortalecimento das práticas de governança, gestão de riscos e compliance, cujos principais resultados são apresentados a seguir.

TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

No exercício de 2025, a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) progrediu na sustentação e evolução tecnológica da Secretaria da Economia, com ênfase na segurança, na continuidade dos serviços, na eficiência operacional e na melhoria da experiência do usuário.

As ações concentraram-se no aprimoramento da infraestrutura, na qualificação da governança operacional e na evolução dos serviços críticos, abrangendo conectividade, modernização do

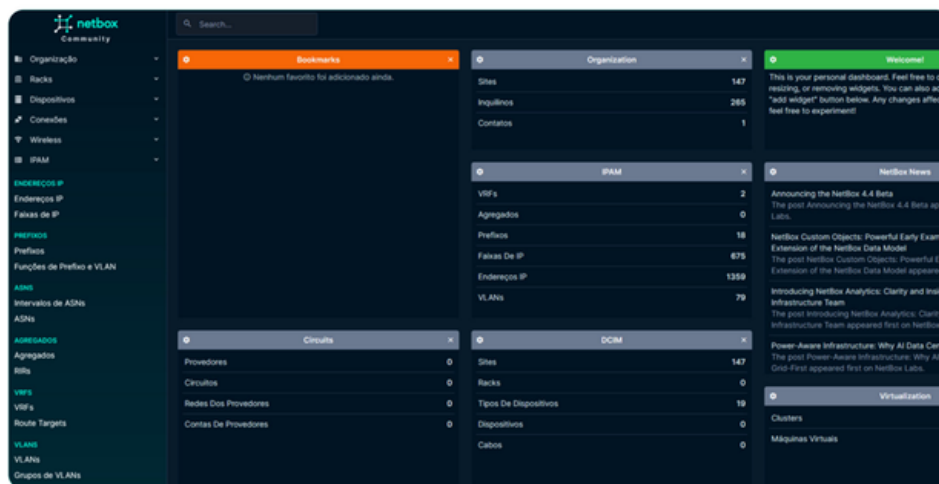
parque tecnológico, automação e integração contínua (DevOps), gestão de demandas e ampliação das capacidades analíticas, com impactos diretos na eficiência e na qualidade dos serviços prestados.

No desenvolvimento e evolução das soluções tecnológicas, destacaram-se entregas voltadas ao fortalecimento da governança, da segurança e da gestão do ambiente de TI.

Nesse sentido, avançou-se na automação e na confiabilidade dos processos de desenvolvimento e integração contínua, com a atualização de ferramentas como o Jenkins e a aplicação de correções críticas de segurança (security patches), ampliando a estabilidade e a segurança das soluções tecnológicas.

Ressalta-se também, a implantação de solução de Gerenciamento de Endereçamento IPs (IP Address Management - IPAM), que substituiu controles manuais e descentralizados por uma gestão centralizada e padronizada da infraestrutura de rede, o que permitiu elevar o nível de maturidade da gestão de redes da Secretaria, assegurando maior confiabilidade, escalabilidade e aderência às melhores práticas em gestão de infraestrutura de TI.

Em relação à gestão de demandas e ao desenvolvimento de soluções, foi implementado o Sistema de Gestão de Demandas de Soluções de TI (GDT), desenvolvido em plataforma low-code, permitindo maior transparência, organização e priorização das demandas, além de ampliar a capacidade de acompanhamento pelas áreas usuárias.



Solução de gerenciamento de endereçamento IP (NetBox)

No campo de infraestrutura e dados, a STI registrou avanços na modernização de ativos e ambientes tecnológicos, bem como na evolução da conectividade por meio da rede corporativa baseada em SD-WAN, com ganhos em desempenho e disponibilidade dos serviços. Também foram implementadas iniciativas voltadas à ampliação da capacidade analítica e de processamento de dados, com a implantação de soluções como o SAS Viya 4, contribuindo para o fortalecimento da governança, da administração tributária e para a tomada de decisão orientada por evidências.

Adicionalmente, foi realizada a atualização do Switch Core da rede corporativa, responsável pelo processamento central do tráfego de dados, ampliando a capacidade de processamento, a escalabilidade e a segurança da infraestrutura tecnológica, bem como a continuidade dos serviços corporativos.

Também se observou o aprimoramento das capacidades de monitoramento da infraestrutura, com a reestruturação e otimização da plataforma eSight (Huawei), ampliando a visibilidade do ambiente, a detecção antecipada de falhas e o suporte à tomada de decisão com base em informações centralizadas e mais precisas.

No âmbito das unidades descentralizadas, foram promovidas ações de modernização da infraestrutura de rede em delegacias, agências e postos fiscais, com a substituição de equipamentos obsoletos e a padronização da arquitetura tecnológica, resultando em maior estabilidade, segurança e qualidade dos serviços prestados nessas unidades.

Ao longo do exercício também foram realizadas iniciativas voltadas à melhoria da infraestrutura de comunicação, como a atualização do Servidor Issabel e do sistema operacional associado, garantindo maior confiabilidade, compatibilidade tecnológica e continuidade operacional dos serviços de telefonia corporativa.

Além disso, foram implementadas soluções de automação de rotinas operacionais, com destaque para a automação de rotinas de processamento (jobs), reduzindo a dependência de intervenções manuais, minimizando falhas operacionais e aumentando a eficiência e previsibilidade dos processos.

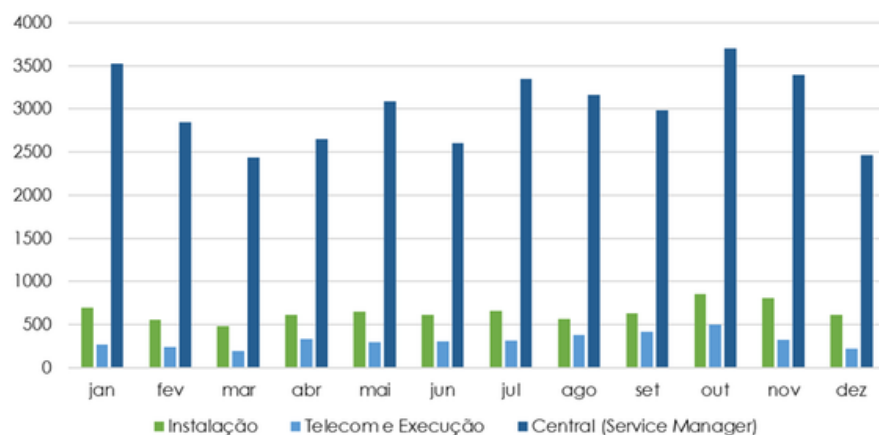
Essas iniciativas contribuíram para ganhos relevantes na operação tecnológica, com melhoria da performance e confiabilidade dos sistemas, maior eficiência operacional decorrente da automação e padronização de processos,

ampliação da transparência na gestão das demandas e fortalecimento das práticas de segurança e conformidade no ambiente de TI.

A Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) também exerce papel essencial no suporte contínuo às áreas da Secretaria da Economia, assegurando a sustentação das atividades operacionais e o pleno funcionamento dos serviços utilizados pelos servidores no dia a dia.

Em 2025, a Gerência de Serviços (GESER) registrou volume expressivo de atendimentos, totalizando 47.805 chamados, com média mensal de 3.984 atendimentos. A atuação concentrou-se principalmente na Central de Atendimento, responsável pela maior parte das demandas, seguida pelas equipes de Instalação e Manutenção e de Telecomunicações, evidenciando a relevância do suporte operacional para o funcionamento contínuo das atividades institucionais. Os dados consolidados de atendimentos ao longo do exercício estão apresentados no gráfico a seguir.

Distribuição dos atendimentos realizados pela Gerência de Serviços (GESER) – 2025



As entregas registradas evidenciam a atuação da STI como área estratégica para a modernização do Estado, assegurando sustentação dos serviços, evolução da infraestrutura e adoção de práticas de governança e segurança.

A Modernização e Institucionalização da Secretaria da Economia engloba projetos voltados ao desenvolvimento e ao aprimoramento de soluções tecnológicas destinados tanto para a Administração Tributária, como para a Administração financeira, orçamentária e também em relação ao contribuinte, além de obras e aquisições necessárias ao aparelhamento e à modernização da estrutura física e do parque tecnológico da Secretaria da Economia.

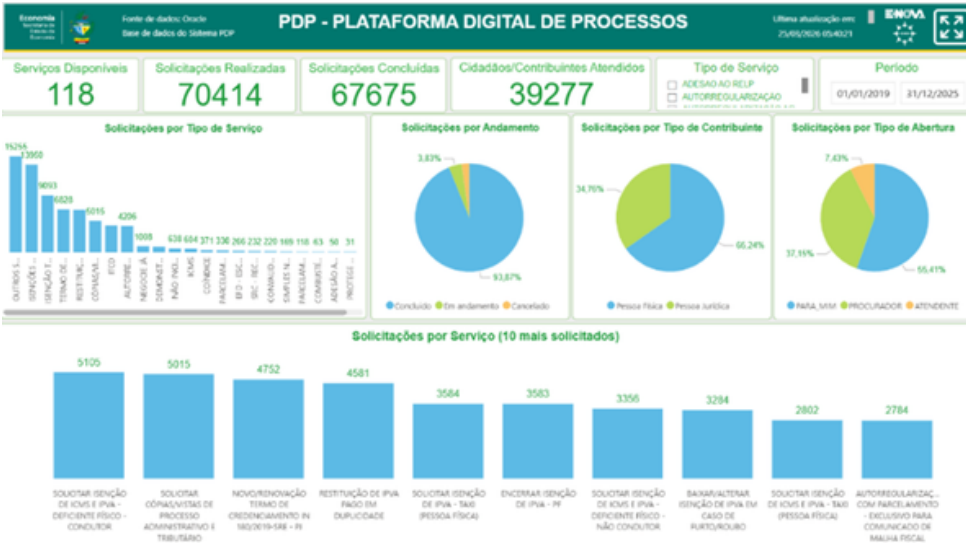
MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO

A Secretaria da Economia avançou na implementação de iniciativas voltadas à modernização institucional e à promoção da inovação, com foco na simplificação de processos, na melhoria dos serviços ao cidadão e no fortalecimento da cultura de inovação organizacional.

Na gestão de processos, foram desenvolvidas ações de mapeamento, análise e redesenho de fluxos, com identificação de oportunidades de melhoria e indução de mudanças estruturais. Em 2025, foram concluídos 10 projetos de mapeamento de processos, dos quais 7 tiveram caráter de transformação, resultando na simplificação e melhoria de 25 processos e no mapeamento de 63 fluxos, contribuindo para maior eficiência e padronização das atividades institucionais. Entre as iniciativas realizadas, incluem-se o mapeamento do sistema da Ouvidoria, o mapeamento do sistema do IPVA e projetos de revisão de processos.

Nos serviços ao cidadão, a Secretaria avançou na qualificação da Carta de Serviços, atualmente composta por 81 serviços, com iniciativas voltadas à simplificação, à ampliação do acesso e à transformação digital dos atendimentos. Em 2025, foi realizada a revisão de 100% dos serviços disponibilizados, promovendo maior padronização, clareza das informações e aderência às diretrizes institucionais.

A Plataforma Digital de Processos (PDP) consolidou-se como principal canal de tramitação eletrônica, com aproximadamente 70 mil processos registrados no período, permitindo ao cidadão realizar solicitações, encaminhar documentos e acompanhar o andamento de demandas de forma remota. Paralelamente, avançou-se no desenvolvimento da PDP corporativa, em parceria com a Secretaria-Geral de Governo (SGG), com o objetivo de ampliar o uso da solução e sua integração no âmbito estadual. A figura a seguir apresenta os principais indicadores de utilização da plataforma.



Painel de indicadores da Plataforma Digital de Processos (PDP) - 2025

Na frente de inovação, o Laboratório E-NOVA atuou na promoção de soluções colaborativas e no estímulo à experimentação, com foco na resolução de desafios institucionais e na disseminação da cultura de inovação na Secretaria.

As ações desenvolvidas contribuíram para resultados relevantes, com destaque para o aumento de 43,7% no pagamento à vista do IPVA em relação ao exercício anterior (2024), a partir da aplicação de técnicas de ciência comportamental. Também se destaca o avanço de 74% no projeto de inovação aberta GovTech, voltado à fiscalização do agronegócio.

Além disso, foram realizadas ações voltadas ao desenvolvimento de competências e à disseminação de novas abordagens, incluindo a execução de oficinas de linguagem simples, a condução de sprints de design thinking e cocriação de soluções aplicadas a temas estratégicos, como a estrutura da Delegacia Fiscal de Goiânia, o Relatório de Gestão, a revisão do PPA e a conformidade tributária. A área de modernização também foi responsável pela implementação do Programa Mindfulness, em parceria com o ECONOVIDA, voltado ao bem-estar e à melhoria do ambiente organizacional.

Como reconhecimento pelas iniciativas desenvolvidas, a Secretaria conquistou o terceiro lugar no Prêmio Nacional Conexão Inova, na categoria Ciências Comportamentais, com o caso do IPVA.

INFRAESTRUTURA

A Secretaria da Economia promoveu, ao longo de 2025, ações voltadas à melhoria da infraestrutura física de suas unidades, com foco na qualificação dos ambientes institucionais, no suporte às atividades operacionais e no aprimoramento do atendimento ao cidadão.

Foram realizadas intervenções no Complexo Fazendário, incluindo adequações estruturais e reorganização de ambientes de trabalho, com vistas ao melhor aproveitamento dos espaços e à melhoria das condições para execução das atividades institucionais.

Foram finalizadas, ainda, melhorias voltadas à acessibilidade no Complexo Fazendário, por meio de adequações destinadas a garantir circulação segura, autonomia e inclusão às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em conformidade com as normas vigentes. Além disso, foi realizada a ampliação do estacionamento do Complexo Fazendário, bem como o recapeamento das vias internas e da área de estacionamento já existentes, conforme apresentado na figura a seguir:



Intervenções de promoção de acessibilidade e revitalização do Complexo Fazendário.

Em junho de 2025, concluiu-se ainda a obra de reparação e manutenção do Posto Fiscal Juscelino Kubitschek (JK), na cidade de Itumbiara, para substituição do pavimento, execução de sistema de drenagem/rebaixamento de lençol freático, construção de muro, conforme apresentado na próxima figura. Além disso, foram realizadas intervenções de manutenção em algumas delegacias regionais, voltadas à conservação das edificações e à preservação da infraestrutura física, com foco na proteção e valorização dos ativos públicos.



Reforma do Posto Fiscal JK - Itumbiara

Adicionalmente, foram realizadas ações de natureza logística e administrativa, entre as quais se destaca a locação de um galpão destinado a atender às demandas da Gerência de Apoio Administrativo e Logístico (GEALS) e da Supervisão de Patrimônio (SUPA).

A medida possibilitou a adequada acomodação de bens e materiais, incluindo o almoxarifado da Secretaria da Economia, além de suprir a necessidade de espaços de trabalho para algumas equipes anteriormente instaladas no Bloco F, bem como para os motoristas.

Essas adequações garantiram melhores condições de segurança, conforto e organização, contribuindo para maior eficiência operacional e para o fortalecimento do suporte às atividades institucionais.

GESTÃO DE PESSOAS

Em 2025, a atuação da gestão de pessoas na Secretaria da Economia foi orientada pelo suporte contínuo às demandas institucionais, pela promoção do desenvolvimento profissional e pela implementação de iniciativas voltadas ao bem-estar e à valorização dos servidores. Essas ações foram de extrema importância para a sustentação das atividades da Secretaria, assegurando condições adequadas para o desempenho das funções administrativas e finalísticas.

Nesse contexto, a Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (GGDP) desempenhou papel relevante na articulação e execução dessas iniciativas, integrando rotinas administrativas, ações de capacitação e programas de qualidade de vida, com foco na organização dos processos internos, no fortalecimento das competências institucionais e na melhoria do ambiente organizacional.

Os principais resultados alcançados podem ser agrupados em três frentes complementares: modernização e organização da

de pessoas, com foco na qualificação dos processos e no aprimoramento da gestão funcional; desenvolvimento e capacitação, direcionados ao fortalecimento das competências institucionais; e qualidade de vida, acolhimento e integração, por meio de ações voltadas à saúde, convivência institucional e valorização das pessoas.

MODERNIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS

Em 2025, destaca-se a consolidação do uso do Sistema de Gestão de Pessoas (GIP), que proporcionou maior centralização e sistematização das informações relativas ao recebimento e ao processamento de atestados. Essa ferramenta promoveu mais controle, transparência, segurança e agilidade no tratamento dessas informações.

A adoção do GIP representou um importante avanço na gestão de atestados, uma vez que, anteriormente, esses documentos eram encaminhados por e-mail à Gerência de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas, o que tornava o processo mais suscetível a inconsistências, menos eficiente e com maior dificuldade de controle.

Ainda em 2025, a equipe da Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (GGDP), em conjunto com a Superintendência de Tecnologia da Informação, desenvolveu o segundo módulo da ferramenta, voltado à concessão e ao controle de férias dos servidores. Atualmente, esse módulo encontra-se em fase de testes.

Está prevista, ainda, a implementação de novos módulos, com o objetivo de contemplar os demais processos conduzidos pela

GGDP, ampliando a automatização das rotinas, facilitando a gestão das informações e conferindo maior eficiência, padronização e agilidade aos procedimentos da área.

DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO

As atividades de desenvolvimento e capacitação foram ampliadas em 2025, com foco no alinhamento das competências dos servidores às demandas estratégicas da Secretaria da Economia e no aprimoramento das condições oferecidas para a realização das atividades formativas.

O Centro de Estudos e Capacitação da Economia (CECAPE) teve sua estrutura fortalecida, com melhorias na organização das ações e no apoio às capacitações. A revitalização do laboratório de informática resultou em aumento expressivo da quantidade de computadores disponíveis, ampliando a capacidade de atendimento e proporcionando melhores condições para o desenvolvimento das atividades educacionais.



Centro de Estudos e Capacitação da Economia (CECAPE)

As capacitações contemplaram conteúdos estratégicos para a atuação institucional, incluindo o curso de Inteligência Artificial para Líderes, o MBA em Gestão da Administração Tributária, além de treinamentos voltados à área fazendária, com ênfase na preparação para a reforma tributária e no aprimoramento técnico das atividades de arrecadação e fiscalização.

Entre as ações realizadas, destacam-se iniciativas voltadas à qualificação dos servidores em temas relacionados à economia no setor público e à adaptação ao novo cenário tributário, com a realização de cursos e capacitações específicas sobre a Reforma Tributária, intensificando a preparação das equipes para o novo cenário fiscal.



Curso sobre Economia do Setor Público ministrado no CECAPE - 2025



Capacitação sobre Reforma Tributária realizada no Auditório do Complexo Fazendário - 2025.

Ao longo do exercício, foram registradas 1.044 participações em capacitações, contemplando mais de 800 servidores, evidenciando a ampliação do alcance das iniciativas e o investimento contínuo no desenvolvimento das equipes.

Em relação ao investimento estratégico no desempenho profissional dos servidores, destacam-se iniciativas como a capacitação executiva em Governança e Gestão Pública em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas, realizada nas modalidades on-line, in company e por meio de workshop presencial, o curso “Inteligência Artificial em Licitações e Contratos”, e a Pós-Graduação em Auditoria Financeira.

Ressalta-se, ainda, a participação em congressos e simpósios nacionais, como o Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (SBSR) e o Congresso Nacional de Pregoeiros, além da participação na conferência internacional Gartner Data & Analytics Summit.

Essas iniciativas contribuíram para o desenvolvimento dos servidores e para o fortalecimento da capacidade institucional, especialmente diante das transformações no contexto fiscal e tecnológico.

QUALIDADE DE VIDA, ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

Em 2025, foram realizadas diversas iniciativas voltadas à qualidade de vida, ao acolhimento e à integração dos servidores, conduzidas, em grande parte, no âmbito do Programa ECONOVIDA, com foco na promoção da saúde, no fortalecimento das relações institucionais e na valorização das pessoas no ambiente de trabalho.

As ações de **promoção de saúde** e conscientização foram desenvolvidas de forma contínua ao longo do ano, por meio de campanhas institucionais e atividades coletivas, incluindo:

- Campanhas temáticas de conscientização, como Janeiro Branco, Abril Azul, Maio Amarelo, Agosto Lilás, Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul;
- Realização da V Semana da Saúde (SIPAT), com atividades voltadas à prevenção e bem-estar;
- Ações de cuidado com a saúde, como sessões de massoterapia, ginástica laboral e campanhas de vacinação;
- Rodas de conversa e palestras sobre temas relevantes, como saúde mental, autismo e educação previdenciária.



Campanha de Conscientização Novembro Azul - 2025



Equipe da SGI e BPM na 5ª Semana da Saúde e à Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT)

As iniciativas de **integração institucional** também tiveram ampla participação dos servidores, promovendo o fortalecimento do convívio organizacional e do senso de pertencimento. Entre as principais ações realizadas, destacam-se:

- Eventos comemorativos, como Dia das Mulheres, Dia das Mães, Dia dos Pais e Festa Junina;
- Realização dos Jogos Internos – EconoRun, com mais de 1.020 participantes, e da 1ª Corrida de Rua da Secretaria;
- Eventos institucionais e ações coletivas, visando a valorização e integração entre os servidores.



Corrida de Rua da Secretaria da Economia – EconoRun 2025



Jogos Internos em comemoração ao Dia do Servidor Público - 2025

No âmbito do **cuidado e acolhimento**, um dos pilares do Programa ECONOVIDA, o Projeto Acolher, concentrou suas ações na promoção da saúde mental, na escuta qualificada e no apoio institucional aos servidores.

Ao longo de 2025, o projeto promoveu atendimentos presenciais e remotos, além de ações descentralizadas nas unidades regionais, fortalecendo a proximidade entre a gestão e as equipes, expandindo o acesso às iniciativas de cuidado. Destacam-se:

- Realização de aproximadamente 150 atendimentos voltados ao acolhimento e apoio em saúde mental;
- Execução de visitas técnicas às delegacias regionais, por meio do Acolher Itinerante;
- Ações de recepção e acolhida a novos servidores, com orientação inicial, integração às equipes e apoio na adaptação ao ambiente institucional.



Ação do Projeto Acolher Itinerante na Delegacia Regional de Fiscalização (DRF) de Rio Verde



Em relação a responsabilidade socioambiental, foram propostas ações que mobilizaram os servidores em atividades solidárias e sustentáveis, reforçando a cultura organizacional e o senso de pertencimento.

Entre as principais ações realizadas, destacam-se:

- Doação de aproximadamente 700 kg de alimentos, destinados a instituições e famílias em situação de vulnerabilidade;
- Arrecadação de cerca de 50 kg de tampinhas para projetos sociais;
- Implantação da Horta Hidropônica, por meio do Projeto Cultivar, com foco em sustentabilidade e educação ambiental;
- Expansão da Econoteca, com recebimento de aproximadamente 120 livros;
- Realização de campanhas solidárias, como a campanha Aquecendo Vidas.



Projeto Cultivar – Horta hidropônica desenvolvida por servidores da Secretaria da Economia.

Essas iniciativas corroboram o papel da Secretaria da Economia como instituição comprometida não apenas com suas atribuições finalísticas, mas também com a promoção de valores sociais, ambientais e de cidadania. Ao estimular a participação dos servidores em ações dessa natureza, a Secretaria contribui para a formação de um ambiente organizacional mais colaborativo e consciente, alinhado aos princípios da administração pública e à responsabilidade social do Estado.

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

Em 2025, a Secretaria da Economia registrou avanços relevantes na incorporação da cultura de integridade, transparência no aprimoramento dos controles internos e no suporte à tomada de decisão institucional.

No campo da gestão de riscos, foi alcançado o Nível 4,5 de maturidade (em escala até 5,0), conforme o Informe de Auditoria de Monitoramento nº 21/2025 – CGE/GO, evidenciando a incorporação da cultura de riscos e sua integração aos processos estratégicos da instituição. Esse resultado é produto da evolução da gestão para um modelo mais estruturado e preventivo, com impactos diretos na segurança institucional e na qualidade das decisões.

Em 2025, foram monitorados sistematicamente 91 riscos institucionais, alinhados ao planejamento estratégico e aos OKRs, reforçando a adoção de uma abordagem contínua de identificação, avaliação e tratamento de riscos.

No tocante ao Programa de Compliance Público (PCP), a evolução institucional também influenciou o desempenho

alcançado nos eixos de governança, transparência e ética, com reconhecimento por meio de premiações de abrangência estadual e nacional.

Os resultados alcançados também se refletem em indicadores de desempenho relacionados à governança, à gestão de riscos, à transparência e à gestão do conhecimento, evidenciando a maturidade institucional e a consolidação das práticas de compliance. Destacam-se:

- 97% de desempenho no gerenciamento de riscos estratégicos, alinhados ao PEI e aos OKRs;
- 100% de fomento às práticas de gestão com foco em sustentabilidade ambiental e social;
- 81% dos gestores e fiscais dos maiores contratos capacitados em gestão contratual;
- 80% dos titulares de unidades capacitados em gestão de riscos;
- 97% no índice de transparência, contribuindo para o bicampeonato do Estado de Goiás como referência nacional;
- 93 pontos no atendimento aos requisitos do Prêmio Ética e Responsabilidade, com reconhecimento em nível Diamante.

